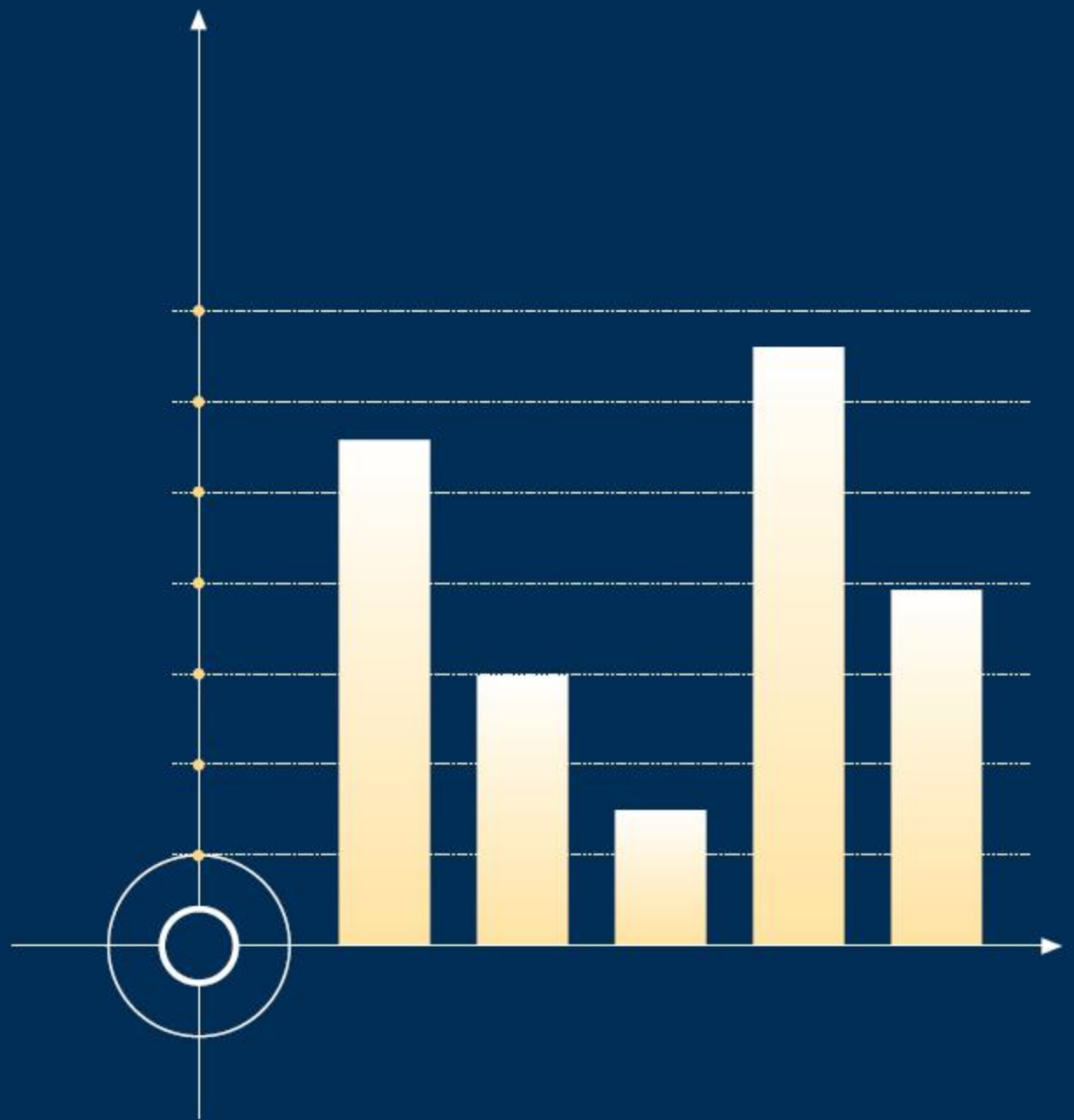


Relatório *Mensal* **de Economia**

Edição da Associação Empresarial de Portugal



AEP

ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PORTUGAL
CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA

RELATÓRIO MENSAL DE ECONOMIA – Nº 133

EDIÇÃO DA

ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PORTUGAL

MARÇO 2006

DESTAQUE:	2
ECONOMIA INTERNACIONAL	4
ECONOMIA NACIONAL	22
PRINCIPAIS SÍTIOS DA INTERNET CONSULTADOS	45

Destaque:

Economia Internacional

Face à rejeição inicial do acordo sobre as Perspectivas Financeiras para 2007-2013 por parte do Parlamento Europeu (PE) (...), a CE propôs um aumento da flexibilidade da gestão do orçamento comunitário (...) (Pag.04)

O PE adoptou, numa primeira leitura, um parecer sobre o projecto de directiva de serviços. (Pag.05)

Já no dia 2 de Março, o BCE anunciou uma subida de taxas de juro de referência em 0,25 pontos percentuais (...) (Pag.07)

Os dados mais recentes divulgados para a zona do euro confirmam o maior dinamismo da actividade industrial no quarto trimestre de 2005, trajectória que se terá mantido no início de 2006 (...) (Pag.08)

Os últimos resultados fornecidos pelos inquéritos aos consumidores e às empresas (...) indicam uma nova melhoria do clima de confiança dos agentes económicos da zona do euro em Fevereiro. (Pag.10)

Os indicadores avançados mais recentes do instituto Conference Board sugerem um andamento favorável da economia norte-americana nos próximos meses. (Pag.14)

Apesar da expectativa de uma nova subida das taxas directoras do BCE em Março, o euro evidenciou uma descida mensal significativa em relação ao dólar norte-americano. (Pag.17)

Em Fevereiro prosseguiu o comportamento positivo dos principais índices accionistas internacionais (...) (Pag.17)

Em Fevereiro, a cotação média do *brent* situou-se em 61,75 dólares por barril, o que representa uma descida de 3,1% relativamente ao resultado obtido em Janeiro. (Pag.19)

A UE concedeu um prazo de três meses aos EUA para que procedam à alteração do controverso regime de incentivos fiscais às exportações, ameaçando com a imposição de sanções (...) (Pag.20)

A UE admitiu a possibilidade de vir a aplicar direitos anti-dumping sobre as importações de calçado de couro proveniente da China e do Vietname (...) (Pag.20)

Economia Nacional

Foram aprovadas as orientações fundamentais para elaboração do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e Programas Operacionais (PO) para o período 2007-2013. (Pag.24)

(...) o Governo português assinou um memorando de entendimento com a Microsoft (...)(Pag.24)

(...) foi assinado, no âmbito do Plano Tecnológico, um protocolo de parceria entre o Governo português e o Massachusetts Institute of Technology (MIT). (Pag.25)

A Autoridade da Concorrência (AdC) recebeu a notificação da Sonae relativa à Oferta Pública de Aquisição que lançou sobre a Portugal Telecom. (Pag.25)

Está a decorrer, no âmbito do Plano de Combate à Fraude e Evasão Contributiva, um processo de regularização de dívidas de empresas à segurança social. (Pag.26)

A partir de 1 de Maio serão removidas as restrições de acesso ao mercado de trabalho português por parte de trabalhadores oriundos dos oito novos Estados-membros. (Pag.26)

O Governo aprovou o programa de privatizações para o biénio de 2006-2007 (...) (Pag.27)

As taxas de juro do mercado monetário europeu prosseguiram uma trajectória ascendente em Fevereiro (...) (Pag.28)

A bolsa portuguesa acentuou a tendência de valorização no mês de Fevereiro (...) (Pag.29)

Os dados disponíveis para os principais indicadores de conjuntura sugerem uma melhoria do andamento da procura interna no início do primeiro trimestre de 2006 (...) (Pag.31)

A subida em cadeia da população desempregada (...) resultou num aumento da taxa de desemprego de 0,3 p.p. em termos trimestrais para 8,0%. (Pag.34)

O índice de produção industrial do INE registou o sexto mês consecutivo de crescimento homólogo em Janeiro, embora revelando alguma perda de dinamismo (...) (Pag.36)

A informação avançada disponível, do inquérito à indústria transformadora de Fevereiro, revelou uma melhoria acentuada das perspectivas de produção (...) (Pag.39)

(...) a taxa de variação homóloga (tvph) do IPC aumentou 0,2 p.p. para 2,8% (...)(Pag.40)

[Em 2005] as balanças corrente e de capital acumularam um défice de 11770 m.e, valor que equivale aproximadamente a 8% do PIB (...) (Pag.44)

ECONOMIA INTERNACIONAL

1. União Europeia / Zona Euro

1.1. Envolvente

Face à rejeição inicial do acordo sobre as Perspectivas Financeiras para 2007-2013 por parte do Parlamento Europeu (PE) e à quase inevitabilidade de aumentar os montantes totais, a CE propôs um aumento da flexibilidade da gestão do orçamento comunitário, de modo a permitir a transferência de verbas não utilizadas. Esta proposta terá de ter a aprovação do PE e do Conselho de Ministros.

De acordo com o último Painel de Avaliação do Mercado Interno da CE, os Estados-membros apresentaram o melhor resultado de sempre em matéria de transposição das regras do mercado interno para o direito nacional. Com efeito, em média, só 1,6% das directivas do mercado interno cuja data limite de aplicação já foi ultrapassada ainda não foram transpostas para o direito nacional. Aquele resultado é inferior aos 1,9% registados em Julho passado e está muito perto do objectivo intermédio definido pelo Conselho Europeu. Embora tanto os Estados-membros mais antigos como os mais recentes tenham registado progressos neste domínio, verifica-se que o desempenho dos novos Estados-membros tem sido significativamente melhor que os antigos, com um défice de apenas 1,2%.

Apesar dos bons resultados, são frequentes as situações em que os Estados-membros não aplicam correctamente as regras do mercado interno, constatando-se que somente cinco Estados-membros viram diminuído o número de processos por infracção.

A comissária europeia responsável pela Sociedade de Informação anunciou a intenção de apresentar ao Conselho de Ministros e ao PE uma proposta de regulamento comunitário no sentido de alinhar as tarifas praticadas pelos operadores de telemóveis pelos serviços de *roaming* com os preços das comunicações nacionais. Esta intenção resulta da constatação de que os operadores não reagiram ao apelo lançado em Setembro pela comissária e que visava a correcção voluntária da diferença entre as tarifas. Segundo aquela responsável, a ausência de avanços na eliminação do excesso de custos nas chamadas internacionais deve-se à falta de concorrência e de sanções no sector.

A proposta legislativa deverá ser apresentada até ao Verão, e, caso obtenha a aprovação do Conselho de Ministros e do PE, entrará em vigor no início de 2008.

O PE adoptou, numa primeira leitura, um parecer sobre o projecto de directiva de serviços. O parecer apresenta uma inflexão da orientação adoptada pela CE, contemplando várias alterações e aditamentos. O diploma vai voltar a ser apreciado pela CE e pelo Conselho de Ministros, regressando ao PE antes do final do ano.

A principal alteração introduzida pela nova versão do diploma prende-se com a substituição do polémico princípio de "país de origem", defendido pela CE, por um princípio de não discriminação e de proporcionalidade no tratamento dos prestadores de serviços.

O princípio de "país de origem" aplicar-se-á apenas nos sectores nos quais já é utilizado, como nos casos do comércio electrónico, *e-commerce* e TV sem fronteiras. Nas prestações de serviço empresa-empresa, deverá vigorar o princípio de "reconhecimento mútuo", isto é, os países envolvidos devem encontrar um quadro legal comum para a prestação do serviço, sem lugar a qualquer discriminação. No caso da relação empresa-consumidor final, deverá aplicar-se o princípio do "país de destino", devendo a empresa prestadora do serviço respeitar as regras do país em que estiver a operar.

O PE defende ainda que os serviços de interesse geral, como é o caso dos serviços de saúde, culturais ou do sector audiovisual, não devem ser incluídos na directiva.

O Conselho de Ministros da Justiça e Interior da UE aprovou a directiva relativa ao armazenamento de dados de comunicações. O diploma, que já tinha sido aprovado pelo PE em Dezembro, determina a obrigatoriedade de os operadores de comunicações reterem, durante 6 a 24 meses, os dados de comunicações que ficam disponíveis para investigações no âmbito da luta antiterrorismo ou outros crimes graves. Os dados a reter incluem os números de telefone de origem e destino das chamadas, os nomes e moradas correspondentes e, no caso da *web*, uma série de dados disponibilizados pelo fornecedor de acesso à internet. Os Estados-membros têm 18 meses para alterar a legislação nacional após a publicação da directiva.

Um relatório da CE revela que a livre circulação de trabalhadores desde o alargamento de 2004 produziu efeitos positivos, ainda que os fluxos de mão-de-obra tenham sido inferiores aos esperados, verificando-se que os trabalhadores dos 10 novos Estados-membros contribuíram para a ultrapassagem de carências no mercado de trabalho e para um melhor desempenho económico na Europa.

O documento sublinha que os países que não aplicaram restrições após Maio de 2004 (Reino Unido, Irlanda e Suécia) registaram um alto crescimento económico, uma redução do desemprego e uma subida do emprego. Por seu turno, nos doze países que recorreram às disposições transitórias, os trabalhadores, nos casos em que conseguiram obter acesso

legalmente, integraram-se sem problemas no mercado de trabalho. No entanto, estes últimos países enfrentaram efeitos colaterais negativos, como níveis mais elevados de trabalho não declarado e trabalho por conta própria fictício.

Um relatório preparado pela CE e pelo Comité para a Política Económica, apresentado aos ministros das Finanças da UE, alerta para o facto de o crescimento económico na UE estar ameaçado pelo envelhecimento da população, sendo de esperar que as alterações demográficas na Europa reduzam o crescimento económico potencial de 2,4% no período 2004-10 para 1,9% no período 2011-30 e para apenas 1,2% entre 2031 e 2050.

O documento chama a atenção para o impacto das alterações demográficas nas finanças públicas, sendo previsível um aumento de 4 p.p. no peso dos gastos públicos no PIB da UE entre 2005 e 2050 e que se fará sentir, fundamentalmente, ao nível dos gastos com pensões e com os sistemas de saúde.

Neste contexto, é sugerido que os Estados-membros encetem esforços tendentes à implementação efectiva de verdadeiras reformas estruturais.

No 4º relatório intercalar sobre os progressos realizados no sentido de um espaço único de pagamentos em euros, o BCE alerta para a necessidade de as administrações públicas assumirem a liderança na adopção de um sistema único de pagamentos, acelerando a integração dos diversos sistemas nacionais.

A CE adoptou uma ambiciosa estratégia comunitária para os biocombustíveis, que poderá contemplar medidas legislativas e medidas baseadas nos mercados e na investigação, para dar um impulso à produção de combustíveis a partir de matérias-primas agrícolas.

O documento, que se baseia no plano de acção para a biomassa adoptado no final do ano passado, estabelece três objectivos principais: promover os biocombustíveis de “primeira geração”, tanto na UE como nos países em desenvolvimento; preparar a utilização em grande escala dos biocombustíveis, desenvolvendo a sua competitividade e aumentando a investigação sobre os combustíveis de “segunda geração”; apoiar os países em desenvolvimento nos casos em que a produção de biocombustíveis possa estimular um crescimento económico sustentável.

A UE, em parceria com o Banco Europeu de Investimento (BEI) lançou um fundo fiduciário para financiar infra-estruturas em África, designadamente ao nível das redes

de transporte, telecomunicações, energia e água. O fundo, cuja primeira fase arrancará em 2007, será financiado com 60 milhões de euros da CE sob a forma de subvenções e 260 milhões do BEI.

1.2. Política Monetária

INDICADORES MONETÁRIOS E FINANCEIROS – ZONA EURO

	04: IV	05: I	05: II	05: III	05: IV	Out-05	Nov-05	Dez-05	Jan-06
Agregado Monetário M3 ⁽¹⁾	6,1	6,6	7,2	8,2	7,6	8,2	8,0	7,6	7,5
Taxas de Juro Mercado Monetário									
- taxa <i>overnight</i>	2,08	2,07	2,07	2,07	2,15	2,07	2,09	2,28	2,33
- Euribor a 3 meses	2,16	2,14	2,13	2,13	2,34	2,20	2,36	2,47	2,51
Yields Obrig. Estado a 10 anos	3,85	3,67	3,41	3,27	3,42	3,32	3,53	3,41	3,39
Taxas de Juro Bancárias									
- Depósitos a prazo até 1 ano	1,94	1,95	1,96	1,95	2,00	1,98	2,01	-	-
- Emprést. até 1 ano a empresas ⁽²⁾	4,01	3,92	3,89	3,86	3,90	3,88	3,91	-	-

Fonte: Banco Central Europeu; valores médios do período, em percentagem;

(1) Taxa de variação homóloga em média móvel de três meses, em percentagem. Valores corrigidos de todas as detenções de instrumentos negociáveis por agentes residentes fora da área do euro.

(2) Taxas de variação para empréstimos até 1 milhão de euros.

Em Fevereiro, o Banco Central Europeu (BCE) não alterou a sua orientação de política monetária, deixando a taxa de juro mínima para as operações principais de refinanciamento em 2,25%.

Porém, o BCE voltou a alertar para o facto da sua orientação de política monetária se manter acomodatória e das taxas de juro de mercado permanecerem em níveis historicamente baixos em todo o espectro de maturidades, tanto em termos nominais como reais. A autoridade monetária da zona do euro frisou que continuará a acompanhar de muito perto todos os desenvolvimentos no que diz respeito aos riscos para a estabilidade de preços a médio prazo, dado que continuam a ser, predominantemente, no sentido ascendente.

Já no dia 2 de Março, o BCE anunciou uma subida de taxas de juro de referência em 0,25 pontos percentuais (p.p.), passando a taxa mínima para as operações principais de refinanciamento para 2,5%. Deste modo, a principal taxa de referência do BCE retomou o nível que havia prevalecido entre Março e Junho de 2003. Tal como no caso da subida no início de Dezembro, tratou-se de uma medida largamente antecipada pelo mercado monetário, na sequência de declarações de meados de Fevereiro do presidente do BCE, Jean-Claude Trichet.

1.3. Economia Real

A Comissão Europeia iniciou a divulgação, numa base trimestral, das previsões de horizonte anual para a zona do euro e suas principais economias. **A actualização agora apresentada das projecções de Outono confirma as previsões de 1,9% para a taxa de crescimento do PIB e de 2,2% para a taxa de inflação da zona do euro em 2006.** No que toca as principais economias da zona do euro, a previsão de crescimento do PIB foi revista em alta para a Alemanha (de 1,2% para 1,5%) e França (de 1,8% para 1,9%), mas em baixa para a Espanha (em 0,1 p.p. para 3,1%) e Itália (em 0,2 p.p. para 1,3%).

De acordo com o Eurostat, o PIB da zona do euro aumentou 0,3% em termos reais durante o quarto trimestre de 2005, face a 0,4% e 0,7% no segundo e terceiro trimestres, respectivamente (dados corrigidos de sazonalidade). **Apesar do abrandamento do PIB em cadeia, a sua taxa de variação homóloga (tvph) aumentou 0,1 ponto percentual (p.p.) para 1,7%.**

Pela óptica da despesa, o comportamento do PIB em termos homólogos reflectiu a aceleração da formação bruta do capital fixo (em 0,5 p.p., para 3,2%) e o contributo positivo das exportações líquidas – as exportações de bens e serviços aceleraram em 0,2 p.p. para 5,1%, enquanto as importações abrandaram 0,4 p.p. para 5,0%. Este movimento foi moderado pela significativa desaceleração do consumo privado, em 1,1 p.p. para uma tvph de 0,8%.

Por países, merece referência a aceleração do PIB da Holanda (em 0,3 p.p., para uma tvph de 1,6%) e da Alemanha (em 0,1 p.p. para 1,6%). Na Espanha, a tvph do PIB manteve-se em 3,5%, enquanto que na França houve uma descida de 0,5 p.p. para 1,2%. Fora da zona do euro, o PIB do Reino Unido manteve a tvph de 1,8% no quarto trimestre de 2005.

Em termos médios anuais, o PIB da zona do euro cresceu 1,3% em termos reais em 2005, desacelerando significativamente face ao ano precedente (crescimento médio de 2,1%). O comportamento do PIB em 2005 foi penalizado essencialmente pelo consumo privado e pelo investimento em construção.

Os dados mais recentes divulgados para a zona do euro confirmam o maior dinamismo da actividade industrial no quarto trimestre de 2005, trajectória que se terá mantido no início de 2006, a julgar pela informação fornecida pelos indicadores qualitativos. Também do lado da procura os dados apontam para um comportamento favorável no início deste ano, beneficiando da tendência descendente do desemprego e de subida da confiança dos consumidores.

Segundo dados provisórios do Eurostat (corrigidos de sazonalidade), o índice de produção industrial da zona do euro apresentou uma subida de 0,1% durante Dezembro último, após uma forte subida de 1,4% no mês anterior. O menor ritmo de crescimento em cadeia em Dezembro reflectiu-se numa ligeira descida da tvph do índice, para 2,5% (2,9% em Novembro). **Contudo, na média do quarto trimestre de 2005, o índice acelerou para uma tvph de 1,9%, face a 1,6% no cômputo do terceiro trimestre.** O maior dinamismo da produção industrial no quarto trimestre reflectiu o andamento favorável de todas as indústrias classificadas por tipo de bens, com excepção das indústrias de bens de consumo corrente.

Ao nível dos Estados-membros, merece destaque a aceleração da produção industrial, no cômputo do quarto trimestre, na Alemanha e na Espanha, em contraste com o abrandamento na França e na Itália. Fora da zona do euro, a produção industrial do Reino Unido acentuou o ritmo de contracção do trimestre anterior.

Relativamente a indicadores de procura interna final, os dados do Eurostat mostram que o índice de volume de negócios do comércio a retalho recuperou assinalavelmente em Janeiro, com um crescimento em cadeia de 0,8% em termos reais, face a uma variação de -0,1% no mês anterior (valores corrigidos de sazonalidade). **Em termos homólogos, a taxa de variação do índice ficou-se em 0,9%,** mais 0,4 p.p. que em Dezembro e que no conjunto do quarto trimestre de 2005.

Destaca-se, ao nível dos Estados-membros, a importante recuperação do índice na Alemanha (com uma tvph de 1,5%), depois de três meses consecutivos de perda de dinamismo; pela negativa, realça-se a acentuação da contracção na Espanha (para uma tvph de -0,9%) e na França (para uma tvph de -0,3%). Já no Reino Unido, o índice abrandou para uma tvph de 1,0%, depois de três meses de significativa aceleração.

A taxa de variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) da zona do euro subiu 0,2 p.p. em Janeiro para 2,4%, após três meses de trajectória descendente em que acumulou um recuo de 0,4 p.p..

O aumento da tvph do IHPC em Janeiro foi resultado de um maior contributo da componente errática, com destaque para os preços dos produtos energéticos, em reacção à nova subida dos preços internacionais do petróleo. **Em contraponto, a tvph da medida de inflação subjacente recuou 0,1 p.p. para 1,3%,** retomando, assim, o valor muito baixo registado em Agosto do ano passado.

Os países da zona do euro com taxas de variação homólogas mais elevadas em Janeiro eram a Espanha (4,2%), o Luxemburgo (4,1%) e a Grécia (3,0%), enquanto que os valores mais

baixos eram os da Áustria (1,5%) e Holanda (1,8%). Fora da zona do euro, o Reino Unido registou uma tvph de 1,9%.

De acordo com dados do Eurostat (ajustados de sazonalidade), a taxa de desemprego da zona do euro fixou-se em 8,3% em Janeiro, o mesmo valor que em Dezembro passado (cujo valor foi revisto em baixa). O recuo em termos homólogos estabeleceu-se em 0,5 p.p., o que deixa patente a tendência de recuo da taxa de desemprego no último ano.

Os países da zona do euro (com dados disponíveis) com taxas de desemprego mais baixas eram, em Janeiro, a Irlanda (4,3%) e a Holanda (4,6%), enquanto os valores mais elevados eram os da França (9,2%), Alemanha (9,1%) e Espanha (8,4%).

Os últimos resultados fornecidos pelos inquéritos aos consumidores e às empresas (compilados pela Comissão Europeia) indicam uma nova melhoria do clima de confiança dos agentes económicos da zona do euro em Fevereiro. O indicador compósito de clima económico acentuou o ritmo de subida dos dois meses anteriores, atingindo o valor mais elevado desde meados de 2001. Note-se que, desde o início do seu movimento de recuperação (em Junho do ano passado), o indicador de clima apresentou oito subidas em nove meses.

No entanto, o comportamento dos indicadores sectoriais foi díspar. **Observou-se um importante aumento do indicador de confiança da indústria transformadora, para um máximo de cinco anos** (num quadro de melhoria da carteira de encomendas e de recuo do nível de *stocks*), acompanhado por uma subida menos intensa do indicador para o comércio a retalho, que retomou assim o valor de Dezembro. Em contraste, os indicadores de confiança da construção e dos serviços recuaram um pouco face ao mês anterior, em ambos os casos na sequência de uma ligeira deterioração da carteira de encomendas. Finalmente, também o indicador de confiança dos consumidores subiu em Dezembro, estabelecendo um novo valor máximo desde 2002. Salienta-se que, apesar do referido andamento mensal heterogéneo, todos os indicadores de confiança se mantêm em tendência ascendente.

Ao nível dos países, destacam-se, pela positiva, as novas subidas do indicador de clima na Alemanha, Itália, em contraste com a também nova (forte) queda na Espanha. Fora da zona do euro, destaca-se a acentuada recuperação do indicador de clima no Reino Unido, depois de quatro descidas consecutivas.

2. Estados Unidos da América

2.1. Envolvente Política, Social e Económica

No início de Fevereiro, Ben Bernanke foi confirmado pelo Senado como Presidente da Reserva Federal, pondo termo ao longo mandato de Alan Greenspan. O novo Presidente disse aos congressistas que procurará seguir o legado de Greenspan na política monetária mas não emitirá opiniões sobre propostas legislativas em concreto, ao contrário de seu antecessor, com um largo capital político acumulado ao longo dos últimos 20 anos.

A meio do mês, o novo Presidente da Reserva Federal regressou ao Congresso para apresentar o habitual relatório semestral de política monetária, onde reiterou a previsível necessidade de subidas adicionais das taxas de juro directoras para conter as pressões inflacionistas. **No que se refere às projecções macroeconómicas, a Reserva Federal espera uma subida dos valores de crescimento económico e inflação em 2006 e um ligeiro recuo em 2007.** O crescimento económico, aferido pelo crescimento do PIB no quarto trimestre, deverá passar de 3,1% em 2005 para próximo de 3,5% em 2006 e entre 3% a 3,5% em 2007. No caso da inflação, a medida utilizada (variação homóloga no quarto trimestre do deflator do consumo privado, excluído das rubricas de alimentação e energia) deverá aumentar de 1,9% em 2005 para cerca de 2% em 2006, reduzindo-se depois para um valor entre 1,8% e 2% em 2007. Como principais riscos de desvio ao cenário previsional, a Reserva Federal apontou, do lado da inflação, o aumento da utilização da capacidade produtiva para próximo do potencial e a subida dos preços da energia. No caso do crescimento económico, foi salientado o risco de uma desaceleração menos suave do que o esperado do mercado residencial, que, em princípio, será sustentado pelo nível ainda reduzido das taxas de juro e pela subida do rendimento das famílias, acompanhando a melhoria das condições no mercado de trabalho.

O Presidente George W. Bush enviou ao Congresso uma proposta de Orçamento Federal para o ano fiscal de 2007 com um saldo negativo de 354 mil milhões de dólares (m.m.d.), **o que corresponde a 2,6% do PIB**, incluindo os fundos da Segurança Social. Esta cifra representa uma redução face ao défice recorde previsto de 423 m.m.d. (3,2% do PIB) no corrente ano fiscal, influenciado pelo acréscimo de despesa com os furacões Rita e Katrina (recorde-se que o défice inicialmente previsto em 2006 era de 400 m.m.d.). A redução do desequilíbrio orçamental em 2007 decorre de um aumento mais forte da receita do que da despesa federal (5,7% e 2,3%, respectivamente). Note-se, no entanto, que o valor

de despesa de 2007 não inclui os gastos com as operações no Iraque e Afeganistão (que deverão rondar os 50 m.m.d., de acordo com estimativas do Governo), submetidos separadamente ao Congresso. Na desagregação da despesa discricionária, as rubricas mais beneficiadas no Orçamento de 2007 voltam a ser a defesa e a segurança interna, com subidas de 6,9% e 3,3%, respectivamente, que são atenuadas pelo corte de 0,5% no conjunto das outras componentes, onde se destaca a redução dos subsídios agrícolas. Ao nível da despesa não discricionária, o enfoque vai para a redução de alguns benefícios nos programas de saúde, educação e segurança social, mas que apenas atenua o elevado crescimento dessas componentes. A Administração Bush apresentou ainda a habitual projecção orçamental a vários anos, propondo-se reduzir o défice a pouco mais de 1% do PIB até final da década (mesmo tendo em conta a extensão dos cortes de impostos com expiração nos próximos anos, que terá de ser aprovada pelo Congresso).

O cenário macroeconómico subjacente ao Orçamento contempla uma redução ligeira do crescimento económico em 2007 (0,1 ponto, para 3,3%, tendo como referência o ano civil) **e uma descida significativa da taxa de inflação** (de 2,8% para 2,1%, considerando o índice de preços no consumidor).

2.2. Economia Real

O último Livro Bege da Reserva Federal, com informação para os meses de Janeiro e Fevereiro, reportou uma expansão moderada a forte da actividade na generalidade dos distritos do país. A informação sectorial dos relatórios estaduais confirmou o abrandamento na construção mas forneceu sinais favoráveis quanto ao andamento da actividade nos serviços e na indústria. No lado da procura, os dados das despesas de consumo das famílias e do investimento privado revelaram-se também bastante positivos. As indicações sobre os preços continuaram a mostrar pressões ascendentes no início da cadeia de produção (sobretudo por via dos elevados preços da energia), mas que não se têm repercutido de forma significativa sobre o consumidor final. Os aumentos salariais também não se revelaram significativos no período em análise, com excepção do distrito de Filadélfia.

Em Janeiro assistiu-se a um reforço da inflação homóloga medida pelo índice de preços no consumidor (4%, mais 0,6 pontos que em Dezembro), **mas que reflectiu em larga medida a aceleração dos preços da energia.** O índice subjacente, que exclui as rubricas de alimentação e energia, observou mesmo uma ligeira desaceleração face a Dezembro (de uma subida homóloga de 2,2% para 2,1%), mantendo-se há cinco meses com um crescimento homólogo entre os 2% e os 2,2%.

O consumo das famílias norte-americanas recuperou algum dinamismo no início de 2006, depois do forte abrandamento verificado no último trimestre do ano passado

com o fim das promoções para a compra de automóveis. As despesas de consumo aumentaram 1,2% em Janeiro face à média do quarto trimestre (com destaque para a recuperação de 5,2% na componente de bens duradouros), em que a progressão real em cadeia fora apenas de 0,3%. Em variação mensal, o consumo privado evidenciou uma subida de 0,4%, superando em 0,3 pontos a progressão do rendimento disponível, o que tornou ainda mais negativa a taxa de poupança das famílias (de -0,4% para -0,7%).

Nas contas externas, os dados mais recentes da Balança Corrente mostraram um novo agravamento do saldo deficitário no quarto trimestre e no conjunto de 2005,

reflectindo sobretudo o desequilíbrio crescente da balança de mercadorias. O défice corrente situou-se no valor recorde de 804,9 mil milhões de dólares (m.m.d.) em 2005, o que corresponde a aproximadamente 6,5% do PIB (mais 0,8 pontos que em 2004). Apenas a balança de serviços registou uma melhoria face a 2004 (subida do excedente em 10,2 m.m.d.), observando-se um recuo de 28,9 m.m.d. no excedente da balança de rendimentos (para apenas 1,6 m.m.d.) e subidas de 116,3 e 2 m.m.d. nos défices das balanças de mercadorias e transferências unilaterais, respectivamente. Na Balança Financeira assistiu-se a uma descida mais forte dos fluxos de saída do que de entrada de capitais, permitindo financiar a deterioração do saldo corrente.

Os indicadores sectoriais mais recentes revelaram um abrandamento da actividade na construção e na indústria, mas também algum recobro do dinamismo nos serviços.

O índice de produção industrial reduziu a taxa de crescimento homóloga para 3,2% em Janeiro (menos 0,4 pontos que em Dezembro), enquanto as despesas de construção abrandaram de 8,1% para 7,4%. Por sua vez, o índice compósito ISM para os serviços registou uma subida de 3,3 pontos em Fevereiro, para 60,1 pontos, o que sugere um crescimento mais forte da actividade.

De acordo com o último relatório de emprego do Departamento do Trabalho, **a taxa de desemprego norte-americana aumentou 0,1 ponto em Janeiro, para 4,8%, que constitui ainda um dos valores mais baixos dos últimos anos.** Os dados por estabelecimento evidenciaram uma progressão mais forte do emprego no sector não agrícola (cerca de 230 mil postos de trabalho criados em Janeiro), concentrada sobretudo nos serviços. O emprego aumentou apenas ligeiramente na construção e estabilizou na indústria,

que parece agora evidenciar um movimento de recuperação ligeira, tendo em conta a revisão favorável dos dados nos meses precedentes.

Os indicadores avançados mais recentes do instituto Conference Board sugerem um andamento favorável da economia norte-americana nos próximos meses. O índice dos indicadores avançados aumentou de forma acentuada em Janeiro (variação mensal de 1,1%), apontando para um maior dinamismo da economia depois da desaceleração no quarto trimestre. Em Fevereiro, no entanto, o índice de confiança dos consumidores registou a primeira descida em quatro meses.

3. Japão

3.1. Envoltente Política, Social e Económica

Em Fevereiro, o primeiro-ministro Koizumi assegurou que o Governo não irá tentar interferir com uma eventual alteração da actual política monetária expansionista do Banco do Japão, reafirmando a independência do Banco Central e a coordenação de esforços para combater a deflação. Recorde-se que vários responsáveis governamentais vinham a alertar nos últimos meses para os riscos de uma alteração prematura da política monetária, por considerarem que o fenómeno de deflação ainda não foi debelado.

A expectativa de que o Banco Central acabe com a política de taxas de juro directoras próximas de zero conduziu a uma subida das *yields* a dez anos no mercado secundário de dívida pública japonesa, situando-se no nível mais elevado desde Novembro do ano passado, na casa dos 1,6%.

O Conselho de Política Económica e Fiscal alertou o Governo para a necessidade de aumentar os impostos de modo a conseguir equilibrar as contas públicas até 2011, conforme pretendido. Caso o esforço de consolidação recaia unicamente no lado da despesa, será preciso cortar o equivalente aos actuais gastos com a educação, a defesa e o investimento em obras públicas para atingir um saldo primário equilibrado, alertou o Conselho. Vários responsáveis governamentais têm-se mostrado relutantes em utilizar os impostos para melhorar a situação orçamental, desde o primeiro-ministro, que não pretende mexer no imposto sobre o consumo até 2008 (altura em que já não fará parte do Governo), até ao influente ministro do interior Takenaka (e anterior ministro da economia), segundo o qual o crescimento económico irá proporcionar o aumento de receita necessário para equilibrar as contas públicas. Até agora, as únicas mexidas dos governos de Koizumi no lado

da receita foram o aumento gradual das contribuições para a Segurança Social (em 2004) e a reposição também gradual dos cortes de impostos sobre o rendimento e a propriedade introduzidos em 1999 (no início de 2005).

3.2. Economia Real

O Banco do Japão manteve uma apreciação bastante favorável da conjuntura económica do país no relatório mensal de Março. A actividade económica tem evidenciado uma recuperação sólida, de acordo com o Banco Central, que espera a continuação do bom andamento do consumo e do investimento (com excepção da componente pública, em face da consolidação orçamental em curso) nos próximos meses, em conjunto com o crescimento das exportações. A retoma económica começa a reflectir-se na subida do índice de preços no consumidor, que deverá prosseguir um movimento ascendente, embora com algumas flutuações.

Os dados do índice de preços no consumidor de Janeiro mostraram a primeira subida homóloga em oito meses (0,5%, após uma quebra de 0,1% em Dezembro). Excluindo a componente de bens alimentares frescos, o índice registou o terceiro mês consecutivo de subida, intensificando a progressão para 0,5% (mais 0,4 pontos que em Dezembro).

A informação mais recente das despesas de consumo das famílias evidenciou uma evolução negativa em Janeiro (descida de 1,2% face a Dezembro e de 1,6% face à media do quarto trimestre, em termos reais), contrariando o crescimento do último trimestre do ano passado (variação real em cadeia de 0,6%). A correcção em baixa parece reflectir o andamento menos favorável do rendimento disponível nos últimos meses.

O excedente da Balança Corrente japonesa reduziu-se para 18 biliões de ienes em 2005 (face a 18,6 biliões de ienes no ano precedente), **reflectindo a descida do saldo da balança de bens e serviços** e, em menor medida, o agravamento do défice nas transferências correntes. Apenas a balança de rendimentos evidenciou uma melhoria face a 2004, passando a apresentar um excedente superior ao da balança de bens e serviços pela primeira vez desde a Segunda Guerra Mundial. O recuo do excedente comercial resultou de um crescimento mais forte das importações do que do valor exportado (12,2% e 7,4%, respectivamente).

A taxa de desemprego nipónica situou-se em 4,5% no mês de Janeiro (mais 0,1 ponto que no mês precedente), de acordo com dados revistos do Gabinete de Estatística oficial japonês. Depois de atingir um mínimo de sete anos em Junho do ano passado (4,2%), a taxa de desemprego oscilou entre 4,4% e 4,5% nos quatro meses até Janeiro, reflectindo a subida do número de desempregados.

A informação mais recente dos indicadores avançados revelou-se bastante favorável, apontando para uma melhoria mais acentuada da actividade económica. O índice de condições de negócios situou-se bastante acima da referência de expansão de actividade nos meses de Dezembro e Janeiro, enquanto o índice de confiança dos consumidores atingiu o nível mais elevado desde 1990 em Fevereiro (49,8 pontos).

4. Mercados e Organizações Internacionais

4.1. Mercado de Câmbios

CROSS RATES DAS PRINCIPAIS DIVISAS INTERNACIONAIS

(fecho das sessões de início e fim das semanas de Fevereiro)

	Dólares por Euro	Libras por Euro	Ienes por Euro	Libras por Dólar	Ienes por Dólar
Quarta, 1	1,209	0,681	142,220	0,563	117,615
Sexta, 3	1,206	0,679	143,050	0,563	118,605
Segunda, 6	1,198	0,683	142,280	0,570	118,755
Sexta, 10	1,197	0,684	140,770	0,571	117,602
Segunda, 13	1,189	0,684	140,350	0,575	118,060
Sexta, 17	1,186	0,684	140,770	0,576	118,663
Segunda, 20	1,193	0,685	141,110	0,574	118,262
Sexta, 24	1,190	0,680	139,110	0,572	116,938
Segunda, 27	1,185	0,681	137,770	0,575	116,242
Terça, 28	1,188	0,680	138,180	0,572	116,362
<i>Varição (1)</i>	<i>-2,01%</i>	<i>-0,69%</i>	<i>-2,81%</i>	<i>1,35%</i>	<i>-0,82%</i>

(1) *Varição registada entre a última cotação do mês em análise e a última cotação do mês anterior*

Nota: cálculo com base no 'fixing' do Banco Central Europeu

O iene foi a moeda que mais se destacou no mercado cambial em Fevereiro, apreciando-se face às principais divisas com a especulação de uma alteração próxima da política monetária expansionista do Banco do Japão.

A variação das principais taxas de câmbio no conjunto de Fevereiro foi a seguinte: depreciação do euro face ao iene, ao dólar e à libra (2,81%, 2,01% e 0,69%, respectivamente) e do dólar face ao iene (0,82%); subida de 1,35% da moeda norte-americana em relação à libra.

Apesar da expectativa de uma nova subida das taxas directoras do BCE em Março, o euro evidenciou uma descida mensal significativa em relação ao dólar norte-americano. As declarações do novo Presidente da Reserva Federal norte-americana reforçaram a perspectiva de novos aumentos das taxas de referência, enquanto na Europa se verifica uma retoma económica ainda não completamente consolidada, limitando a subida das taxas de juro de curto prazo. Ainda assim, o euro continuou a evidenciar um ganho de 0,66% face ao dólar desde o início de 2006.

No Japão, os primeiros sinais de inflação intensificaram a expectativa de uma mexida dos referenciais do Banco do Japão, reflectindo-se na subida do iene face ao euro e ao dólar. O habitual movimento de repatriação de capitais antes do final do ano fiscal (em Março) poderá ter também contribuído para a apreciação da moeda nipónica.

Por sua vez, **a libra registou uma depreciação mensal significativa face ao dólar (1,4%) mas conseguiu um ganho de quase 0,7% em relação ao euro**, numa altura em que os dados da economia britânica se mostram um pouco mais favoráveis.

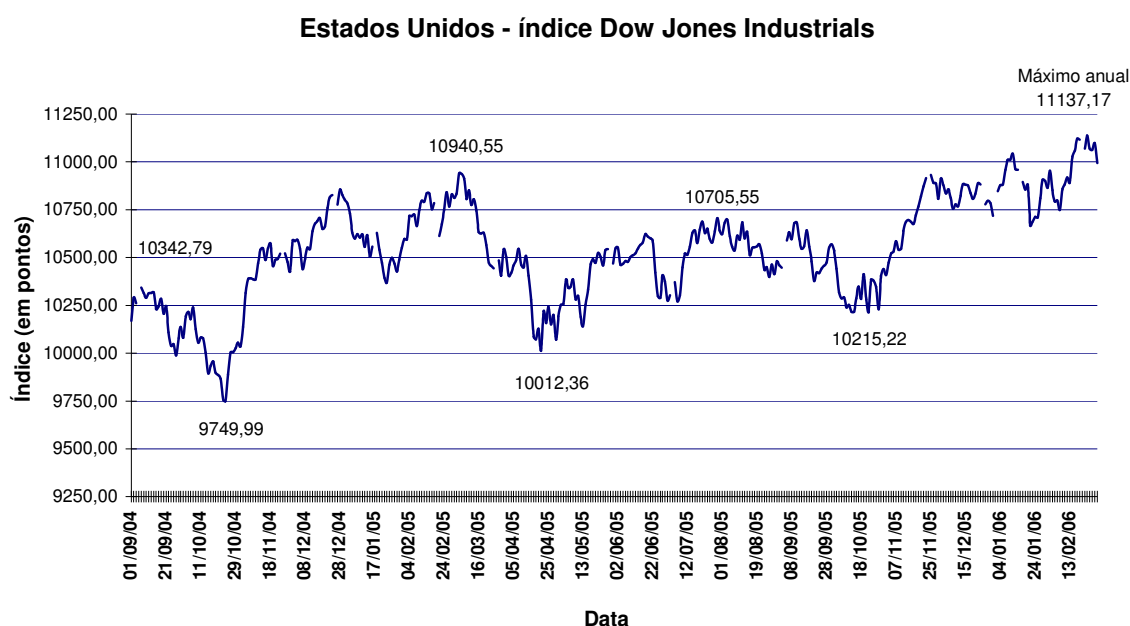
4.2 Mercados Bolsistas Internacionais

Em Fevereiro prosseguiu o comportamento positivo dos principais índices accionistas internacionais, reflectindo a intensificação dos movimentos de concentração e também alguma correcção em baixa dos preços do petróleo. Apenas o mercado nipónico evidenciou um predomínio das vendas, com o índice nipónico Nikkei a recuar ante a perspectiva de uma alteração da política monetária expansionista do Banco do Japão.

Nos Estados Unidos, o índice de referência Dow Jones Industrials valorizou-se 1,2% no conjunto do mês (para um máximo de quatro anos e meio), **contrastando com a descida do índice tecnológico Nasdaq** (cerca de 1,1%), que foi penalizado pelos anúncios de resultados menos favoráveis na Google e na Amazon, sendo também mais afectado pelas perspectivas de novos aumentos das taxas de juro de referência da Reserva Federal, dado o maior peso do serviço da dívida no sector tecnológico. Em variação acumulada no ano,

contudo, o saldo do índice Nasdaq manteve-se superior ao evidenciado pelo Dow Jones (3,5% e 2,6%, respectivamente).

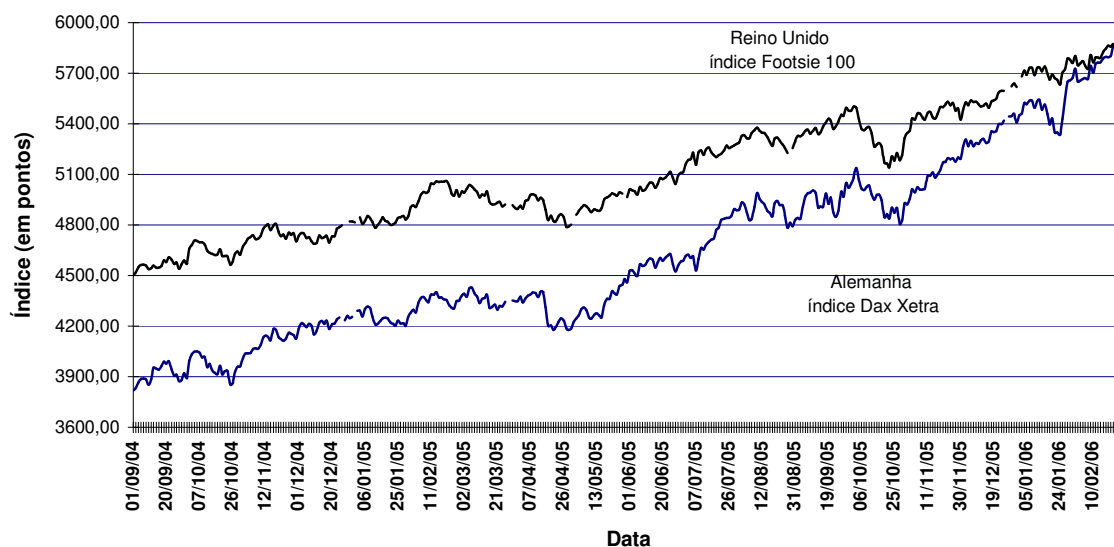
A subida das acções contribuiu para o recuo dos títulos do Tesouro até meados do mês, em conjunto com a perspectiva de subida dos referenciais da Reserva Federal e a realização de leilões de dívida pública (com destaque para a retoma das emissões de dívida no segmento dos 30 anos, pela primeira vez desde 2001), **mas o movimento inverteu-se** depois com a divulgação de dados económicos menos favoráveis. A *yield* nos dez anos acabou por estabilizar entre as sessões de início e final de mês (4,55%), depois de ter subido até 4,62% no dia 14.



Nota: gráfico elaborado a partir das cotações do índice no fecho de cada sessão, e não de forma contínua

As duas principais bolsas europeias também registaram máximos de quatro anos e meio nos seus índices de referência em Fevereiro, animadas sobretudo pelos movimentos de concentração na Europa, com destaque para o sector energético, onde a alemã E.ON anunciou uma proposta concorrente para aquisição da espanhola Endesa. O índice alemão Dax Xetra valorizou-se 2,2% no mês, superando a subida de 0,5% no congénere inglês Ftse-100. Nos dois primeiros meses do ano, o Dax acumulou um ganho de 7,2%, situando-se pela primeira vez em vários anos acima do Ftse (ambos já próximos dos 5800 pontos), que apenas se valorizou 3,1% no mesmo período.

Alemanha e Reino Unido



Nota: gráfico elaborado a partir das cotações do índice no fecho de cada sessão, e não de forma contínua

O índice japonês Nikkei-225 observou uma desvalorização de 2,7% em Fevereiro, após nove meses consecutivos de subida. A previsível mexida dos referenciais de política monetária do Banco do Japão reflectiu-se negativamente na cotação das acções, sobretudo as ligadas ao mercado residencial, alvo de compras maciças em meses recentes. Destacou-se ainda a descida dos títulos do sector exportador com a apreciação do iene.

4.3. Mercados de Matérias-Primas

	2003	2004	2005	Ago-05	Set-05	Out-05	Nov-05	Dez-05	Jan-06	Fev-06
Brent (Mar do Norte)	28,52	38,1	55,06	63,56	64,04	59,33	56,39	57,63	63,74	61,75
Alumínio (99,7% pureza)	1431	1716	1894,8	1865,4	1837,8	1928,3	2049,1	2245,1	2377,5	2472,9
Algodão	62,78	62,06	55,15	54,20	54,80	58,17	56,86	56,46	59,02	60,64

Valores em dólares americanos referentes aos contratos futuros de expiração mais próxima; preços anuais: média das cotações mensais; preços mensais: média do valor médio das cotações diárias de fecho.

Unidades: *brent*: dólares por barril; alumínio (99,7 % de pureza): dólares por tonelada; algodão: cêntimos de dólar por libra de peso (1 libra de peso equivale a 453,6 gramas).

Em Fevereiro, a cotação média do *brent* situou-se em 61,75 dólares por barril, o que representa uma descida de 3,1% relativamente ao resultado obtido em Janeiro.

A Agência Internacional de Energia (AIE) reviu ligeiramente em baixa a sua projecção para o crescimento da procura mundial de petróleo para este ano, prevendo agora um aumento de 1,78 milhões de barris diários, contra os 1,83 milhões apontados anteriormente. Deste modo, de acordo com a AIE, a procura mundial deverá passar a situar-se em 85,1 milhões de barris diários. Estas previsões assumem como pressupostos um crescimento mais forte da procura por parte da China e uma retoma mais vigorosa da economia norte-americana.

O preço médio do alumínio subiu 4% em Fevereiro, atingindo 2472,9 dólares por tonelada.

Em Fevereiro, o preço médio do algodão estabeleceu-se em 60,64 cêntimos de dólar por libra de peso, o que traduz um aumento de 2,7% face à cotação do mês anterior.

4.4. Comércio Internacional / Organização Mundial de Comércio (OMC)

A UE concedeu um prazo de três meses aos EUA para que procedam à alteração do controverso regime de incentivos fiscais às exportações, ameaçando com a imposição de sanções no valor de 4 mil milhões de dólares por ano às exportações norte-americanas. Esta decisão surgiu depois de a OMC ter reiterado que o sistema de benefícios fiscais às empresas exportadores norte-americanas é ilegal.

Recorde-se que a UE está autorizada a aplicar sanções contra os EUA devido ao regime de *Foreign Sales Corporation (FSC)* desde 2002, tendo tais medidas ficado suspensas no ano passado à espera da decisão da OMC sobre as alterações entretanto decididas por Washington. A administração norte-americana decidiu substituir o regime de FSC por um outro, conhecido por *Jobs Creation Act*, que mereceu agora a rejeição da OMC.

A UE admitiu a possibilidade de vir a aplicar direitos anti-dumping sobre as importações de calçado de couro proveniente da China e do Vietname, na sequência de uma investigação ter concluído pela prática de dumping no mercado europeu.

A imposição destes direitos, que terá ainda de ser aprovada pelos 25 Estados-membros, ocorrerá de forma progressiva ao longo de cinco meses, começando em Abril e terminando em Setembro, altura em que atingirão 19,4% no caso do calçado chinês e 16,8% no caso do calçado vietnamita.

4.5. Organizações Económicas Internacionais

Realizou-se em Moscovo uma reunião dos ministros das Finanças do G8, subordinada ao tema dos mercados internacionais de energia. Entre as principais preocupações estiveram os receios de que a Rússia utilize os seus recursos energéticos como arma política contra nações vizinhas do antigo bloco soviético e a ameaça de um novo movimento ascendente dos preços do petróleo. No entanto, no comunicado saído do encontro foi ignorada a abertura do mercado energético da Rússia, tendo ficado apenas registado o apelo a uma maior cooperação internacional de modo a manter-se um abastecimento regular de petróleo.

ECONOMIA NACIONAL

1. Envolvente Política, Social e Económica

Contas Públicas e Sistema Fiscal

Estimativa de Execução Orçamental do Estado - de Janeiro a Fevereiro de 2006

	Jan-Fev 2005	Jan-Fev 2006	variação homóloga
Receita corrente	5687,2	5874,4	3,3%
Despesa corrente	5692,0	5911,0	3,8%
Saldo corrente	-4,8	-36,6	662,5%
Receita de capital	38,7	42,6	10,1%
Despesa de capital	403,3	309,2	-23,3%
Saldo de capital	-364,6	-266,6	-26,9%
Saldo de execução orçamental	-369,5	-303,3	-17,9%
Saldo primário	243,1	272,0	11,9%
Saldo incluindo activos financeiros	33,5	30,6	-8,7%

(valores em milhões de euros)

(1) não inclui activos financeiros; (2) não inclui os activos, nem os passivos financeiros, nem a transferência para o Fundo de Regularização da Dívida Pública;

O défice apurado para o subsector Estado nos dois primeiros meses do ano situou-se em 303,3 milhões de euros, o que representa uma melhoria face ao resultado obtido no período homólogo de 2005. Refira-se, contudo, que dada a baixa representatividade que os valores da receita e da despesa destes dois meses assumem não é possível fazer qualquer extrapolação para o conjunto do ano.

A receita totalizou 5917 milhões de euros, tendo subjacente uma variação homóloga positiva de 3,3%, resultante sobretudo de um aumento de 3,9% nas receitas fiscais. A maior contribuição para o acréscimo das receitas fiscais ficou a dever-se à evolução dos impostos indirectos, com um aumento de 4,7%, tendo os impostos directos crescido apenas 2,2%. No que diz respeito aos impostos indirectos, é de assinalar o aumento de 10,2% na receita de IVA.

A despesa perfez 6220,3 milhões de euros, representando um aumento, em termos homólogos de 2%, distribuído por um aumento de 3,8% na despesa corrente e por uma quebra de 23,3% na despesa de capital.

Na despesa corrente apenas a rubrica relativa a transferências correntes evidenciou uma variação positiva (13,1%), tendo as restantes revelado decréscimos. Com efeito, as despesas com pessoal baixaram 4,2%, a aquisição de bens e serviços reduziu-se em 16,8%, os juros e outros encargos caíram 6,1%, os subsídios registaram um decréscimo de 61,5% e a rubrica de outras despesas correntes apresentou uma quebra de 15,2%. Note-se, todavia, que se, para efeitos de comparabilidade, se adicionasse à despesa corrente de 2005 dois duodécimos do reforço atribuído através do Orçamento Rectificativo para 2005 para o SNS, a despesa corrente no primeiro bimestre de 2006 apresentaria um decréscimo de 14%.

Relativamente à despesa de capital, é de salientar o facto de estar bastante influenciada pela realização de despesas no âmbito dos Investimentos do Plano, cujo grau de execução mensal é muito irregular.

A CE, na sua apreciação à actualização do Programa de Estabilidade e Crescimento português, respeitante ao período 2005-2009, considerou que o programa é globalmente consistente com o objectivo de correcção do défice excessivo até 2008, na condição de as medidas anunciadas pelo Governo serem plenamente aplicadas e de serem adoptadas medidas adicionais que se manifestem necessárias para reforçar a estratégia orçamental. Bruxelas salienta a necessidade de ser criada uma margem de segurança capaz de precaver o impacto orçamental de um crescimento económico inferior ao esperado em 2007 e 2008, ser efectuado um controlo rigoroso das despesas, ser aperfeiçoado o processo orçamental, ser reforçada a sustentabilidade a longo prazo e ser reconduzido o rácio da dívida para uma clara trajectória descendente.

No ano passado, a Administração Fiscal efectuou 752 mil avaliações de prédios urbanos, das quais 420 mil foram relativas a declarações do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) de 2003 e 2004. Das avaliações realizadas, apenas 3,3% foram objecto de reclamação dos contribuintes. Para 2006, a Administração Fiscal prevê levar a cabo a avaliação de 600 mil prédios, podendo, no entanto, ser atingido um número superior devido à entrada em vigor da nova lei de arrendamento urbano.

A Direcção-Geral de Impostos (DGCI) realizou, no âmbito dos processos de execução fiscal, cerca de 64 mil penhoras durante o ano de 2005, sendo que apenas 2140 resultaram em venda de bens penhorados. Em 2006, o Governo prevê aumentar o número de penhoras e duplicar o número de vendas dos referidos bens.

Segundo o Plano de Actividades da Justiça Tributária para 2006, será efectuado no corrente ano um forte investimento ao nível da cobrança coerciva, nomeadamente através da

expansão do Sistema de Penhoras Automáticas (SIPA) a todos os activos penhoráveis e da entrada em funcionamento do Sistema Informático de Penhoras Electrónicas (SIPE). A DGCI espera encerrar o ano com 1,5 mil milhões de euros resultantes da cobrança coerciva.

Política Industrial e Comercial e Investimentos Públicos

Foram aprovadas as orientações fundamentais para elaboração do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e Programas Operacionais (PO) para o período 2007-2013. A estruturação operacional nacional do QREN será sistematizada através da criação de três PO temáticos, dirigidos à concretização das seguintes prioridades:

- a) **Factores de competitividade**, que visam a eficiência e a qualidade das instituições públicas bem como a provisão de estímulos à inovação e ao desenvolvimento tecnológico, incentivos à modernização e internacionalização empresariais, incentivos ao investimento directo estrangeiro qualificante, apoio à investigação e desenvolvimento e promoção da sociedade da informação e do conhecimento;
- b) **Potencial humano** com prioridade para intervenções no âmbito do emprego, da educação e da formação, promovendo a mobilidade e a coesão social;
- c) **Valorização territorial**, que inclui a realização de infra-estruturas, redes, equipamentos e outras intervenções em domínios como a logística, os transportes, a energia, o ambiente e o património.

A estruturação operacional regional do QREN será sistematizada em PO correspondentes ao território de cada NUTS II.

Em termos de calendarização, a aprovação final do QREN e dos PO pelo Conselho de Ministros deverá estar concluída em Julho deste ano. Entre Agosto e Novembro decorrerá o período de negociação com a Comissão Europeia e a sua aprovação deverá ocorrer em Dezembro de 2006, de modo a garantir que a sua execução possa ter início em Janeiro de 2007.

O Governo está a desenvolver um conjunto de iniciativas com vista ao fortalecimento da cooperação científica e tecnológica com instituições de reconhecido mérito internacional, no sentido de potenciar projectos inovadores que contribuam para reforçar a capacidade científica e de formação avançada em Portugal. Neste âmbito, **no dia 1 de Fevereiro o Governo português assinou um memorando de**

entendimento com a Microsoft, que inclui vários projectos de colaboração repartidos por diferentes eixos do Plano Tecnológico, prevendo **a formação dum milhão de portugueses em tecnologias de informação**, durante os próximos cinco anos.

No dia 25 de Fevereiro foi assinado, no âmbito do Plano Tecnológico, um protocolo de parceria entre o Governo português e o Massachusetts Institute of Technology (MIT). O processo de colaboração com o Instituto norte-americano inclui uma fase inicial, que deverá estar concluída até Julho, de identificação e selecção de programas e instituições que em Portugal melhor poderão potenciar as relações bilaterais pretendidas. O MIT analisará, em particular, a possibilidade de desenvolver iniciativas de investigação e formação avançada em sistemas de base tecnológica envolvendo áreas de engenharia e de gestão em aspectos multidisciplinares de interesse relevante para ambas as partes.

Foram publicados três diplomas que estabelecem os princípios gerais relativos à organização e ao funcionamento dos sistemas Eléctrico, de Gás Natural e Petrolífero nacionais, transpondo para a ordem jurídica interna os princípios das Directivas do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Junho, que estabelecem regras comuns para o mercado interno da electricidade e para o mercado interno de gás natural.

A Autoridade da Concorrência (AdC) recebeu a notificação da Sonae relativa à Oferta Pública de Aquisição que lançou sobre a Portugal Telecom. Cabe agora à AdC, após o parecer do regulador de comunicações, Anacom, avaliar o impacto da operação, designadamente no que respeita à criação, ou reforço, de posição dominante no mercado que possa criar entraves à concorrência.

A inovação, a qualificação, a internacionalização e a clusterização são áreas prioritárias definidas pelo Governo **para a aplicação da dotação financeira ainda disponível no âmbito do Programa de Incentivos à Modernização da Economia (PRIME)**.

Política Social e Laboral

Está a decorrer, no âmbito do Plano de Combate à Fraude e Evasão Contributiva, **um processo de regularização de dívidas de empresas** à segurança social. **Cerca de 160 mil empresas com dívidas de diversa natureza e montante estão a ser notificadas** pelos serviços da segurança social. Quatro mil dessas empresas apresentam, cada uma, uma dívida superior a 100 mil euros, cerca de doze mil registam dívidas entre os 25 e os 100 mil euros, as restantes 144 mil apresentam um saldo negativo inferior a 25 mil euros. Este processo **prevê a possibilidade de realização de acordos para regularização de dívidas.**

O ministro do Trabalho e da Solidariedade Social declarou que a partir de Julho de 2006, estará a funcionar o novo sistema informático da segurança social. Integrando uma base de dados única e nacional permitirá maior celeridade na atribuição das prestações e maior controlo das dívidas e fraudes contributivas. **O sistema Integrado de Conta Corrente estará disponível para pessoas singulares e colectivas.**

No âmbito do acordo sobre formação profissional, **os parceiros sociais pretendem maior representatividade nos órgãos de gestão das instituições de formação profissional**, designadamente no Instituto do Emprego e Formação Profissional e no Instituto para a Qualidade na Formação. Reivindicam ainda a criação de uma comissão tripartida para proceder ao levantamento dos obstáculos à efectivação da cláusula de formação, bem como, a entrada em funções do Conselho Consultivo Nacional da Formação Profissional.

A partir de 1 de Maio serão removidas as restrições de acesso ao mercado de trabalho português por parte de trabalhadores oriundos dos oito novos Estados-membros.

O Governo vai lançar o projecto FIC – Formar, Integrar, Competir no sentido de facilitar a integração de trabalhadores de leste. As linhas de acção deste projecto passam por dotar estes imigrantes de competências de comunicação, pela certificação das suas competências técnico-profissionais e pela constituição de uma bolsa de emprego específica.

No debate mensal, sobre a segurança social, o primeiro-ministro anunciou **a criação de um Programa de Investimento em Equipamentos Sociais**, que envolverá um montante de 450 milhões de euros, a implementar ao longo dos próximos quatro anos, bem como, o

encurtamento em um ano do calendário de pagamento do Complemento Solidário para Idosos. No próximo ano serão abrangidos os idosos carenciados que tenham mais de 70 anos, e em 2008 os que tenham mais de 65 anos.

Todos os serviços do Estado vão pagar uma contribuição de 12,08% do salário bruto dos trabalhadores admitidos a partir de 1 de Janeiro de 2006. O ministro do Trabalho e da Solidariedade Social confirmou que esta taxa irá sendo revista à medida que aumentar a cobertura das eventualidades, devendo ser igual à do regime geral quando passar a cobrir todas as prestações sociais.

Em reunião com as Comissões Parlamentares de Orçamento e Finanças e de Trabalho, o ministro **Vieira da Silva afirmou que a sustentabilidade da Segurança Social exige que se efectuem alterações estruturais. O ministro anunciou a necessidade de efectuar uma revisão global de todas as prestações sociais tendo em consideração a sua eficácia social.** Impedir a acumulação de reformas antecipadas com rendimentos do trabalho é outra das medidas a implementar.

De acordo com um estudo realizado pela Seguradora AXA "Barómetro Reforma 2005", entre 13 países analisados, **Portugal é o que regista maior percentagem de população que se reforma antes do estabelecido por lei,** sendo também aquele em que as reformas são mais baixas.

Fazendo o balanço da aplicação do Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Função Pública (SIADAP) João Figueiredo, Secretário de Estado da Administração Pública afirmou que em 2005 foram avaliados 68 mil funcionários, mais 19 mil que em 2004. Com taxas de aplicação tão baixas **o SIADAP será objecto de revisão no decorrer de 2006 e entrará em vigor em pleno, simultaneamente com o sistema de carreiras e remunerações, a partir de 2007.**

No último trimestre de 2005, o Índice de Custo de Trabalho, excluindo a Administração Pública, **registou um acréscimo de 2,3% face ao mesmo período de 2004.**

Privatizações e Empresas Públicas

O Governo aprovou o programa de privatizações para o biénio de 2006-2007, que define o quadro de referência, os objectivos e identifica as principais empresas cuja

participação pública será alienada, total ou parcialmente. Neste quadro, as empresas a sujeitar a medidas de privatização, parcial ou total, são as seguintes:

a) Alienação integral da participação do Estado: Portucel Tejo – Empresa de Celulose do Tejo, SA – 2.ª Fase – 2006; Portucel – Empresa Produtora de Pasta e Papel, SA – 2006; Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, SA – 2006-2007;

b) Alienação parcial da participação do Estado: Galp Energia SGPS, SA – 2006; EDP – Energias de Portugal, SA – 2006-2007; REN – Rede Eléctrica Nacional, SA – 2006-2007; TAP – SGPS, SA – 2007;

c) Alienação ou concessão a definir em função do modelo de contratualização do novo aeroporto de Lisboa: ANA – Aeroportos e Navegação de Portugal, SA – 2007

2. Economia Monetária e Financeira

2.1. Taxas de Juro

TAXAS	Euribor		Obrigações do Tesouro	
	6 meses	12 meses	5 anos	10 anos
04: IV	2,215	2,356	3,017	3,665
05: I	2,207	2,359	2,958	3,603
05: II	2,097	2,082	2,556	3,127
05: III	2,209	2,322	2,729	3,295
05: IV	2,637	2,844	3,174	3,406
Novembro	2,597	2,765	3,216	3,540
Dezembro	2,637	2,844	3,174	3,406
Janeiro	2,698	2,903	3,337	3,583
3 Fevereiro 06	2,706	2,914	3,348	3,607
10 Fevereiro 06	2,714	2,901	3,312	3,594
17 Fevereiro 06	2,723	2,895	3,295	3,565
24 Fevereiro 06	2,766	2,956	3,375	3,607
28 Fevereiro 06	2,783	2,981	3,374	3,599

Fonte: Banco de Portugal e Reuters; valores em percentagem; taxas anualizadas a 360 dias.

Nota: Valores trimestrais (mensais): última taxa do trimestre (mês); os valores para as Obrigações

do Tesouro referem-se às yields do mercado secundário.

As taxas de juro do mercado monetário europeu prosseguiram uma trajectória ascendente em Fevereiro, situando-se nos níveis mais elevados dos últimos três anos (ou próximo disso). As indicações claras de um novo aumento das taxas

directoras do BCE tiveram maior repercussão nos prazos mais curtos (aumento de 20 pontos base na euribor a 1 mês, em comparação de final de mês, face a apenas 8,5 e 7,8 p.b. no caso dos 6 e 12 meses, respectivamente), o que se traduziu numa menor inclinação da curva de rendimentos. No final de Fevereiro, a maturidade de um mês incorporava claramente a expectativa de um aumento de 25 p.b. das taxas de referência em Março (2,589% no dia 28), enquanto a euribor a 6 meses apontava para uma segunda subida no fim do Verão (2,783%, o valor mais elevado desde 2003).

No mercado secundário de dívida pública nacional, o aumento das taxas de rentabilidade implícitas revelou-se menos significativo, sobretudo nas maturidades mais longas, o que atenuou a inclinação da curva de rendimentos. Apesar de tudo, no final do mês verificaram-se máximos desde Setembro de 2004 na *yield* a cinco anos (3,374%, mais 3,7 p.b. que no final de Janeiro) e desde Novembro de 2005 na maturidade dos 10 anos (3,599%, mais 1,6 p.b. em comparação de final de mês). O mercado nacional acompanhou a evolução das taxas de juro de longo prazo na Europa e nos Estados Unidos no conjunto do mês.

2.2. Mercado de Valores Mobiliários

ÍNDICE PSI-20 DO MERCADO CONTÍNUO DE ÂMBITO NACIONAL

(valores de fecho das sessões de início e fim das semanas de Fevereiro)

Quarta, 1	Sexta, 3	Segunda 6	Sexta, 10	Segunda 13	Sexta, 17	Segunda 20	Sexta, 24	Segunda 27	Terça, 28
8.862,89	8.809,05	8.850,46	9.270,28	9.300,43	9.415,46	9.402,01	9.563,25	9.587,66	9.476,82

Índice composto pelo cabaz das 20 acções mais importantes do mercado, sujeito a uma revisão semestral; Jan 1993 = 1000

A bolsa portuguesa acentuou a tendência de valorização no mês de Fevereiro, impulsionada pela oferta de aquisição da PT e da PTM por parte do Grupo Sonae. O índice accionista nacional PSI-20 registou a maior subida mensal dos últimos dois anos (8,1%, bastante acima dos congéneres europeus), situando-se no valor mais elevado desde Maio de 2001 (9587,66 pontos, no dia 27). Em variação acumulada no ano, o índice PSI-20 passou a acumular um ganho de 10%.

A subida das cotações foi acompanhada de um forte aumento do volume de transacções diário (sobretudo nos títulos envolvidos na OPA), não sendo possível apresentar os dados mensais devido a um lapso no sítio da CMVM.

O índice PSI-20 ultrapassou os 9000 pontos no dia em que foi anunciada a oferta de aquisição à PT (7 de Fevereiro), **evidenciando apenas três descidas diárias até final do mês**. Os títulos envolvidos na operação apresentaram as maiores valorizações mensais dentro

do PSI-20 (20,6% na Sonae.com, 17,4% na PT e 10,2% na Sonae SGPS, embora apenas 5% no caso da PTM devido ao reduzido preço oferecido pela Sonae). O ambiente favorável no mercado nacional proporcionou também valorizações acentuadas noutros títulos, com destaque para as subidas em torno de 10% na Semapa, na Mota-Engil (ambas em máximos históricos em antecipação de uma participação nos projectos da OTA e TGV, para além do anúncio de privatização da Portucel, no caso da Semapa) e do BPI, que continua a ser apontado como alvo de aquisição no sector bancário. Realce ainda para o ganho mensal de 8,1% da EDP, um dos três títulos com maior ponderação no PSI-20, que viu confirmada a realização de uma nova fase de privatização, beneficiando ainda da subida do sector energético europeu. Apenas as cotações da Altri, da Pararede e da Reditus apresentaram variações mensais negativas (3,6%, 3,4% e 0,9%, respectivamente) entre os títulos do PSI-20.

3. Economia Real

3.1. Actividade Económica Global

A taxa de variação homóloga (tvph) do indicador coincidente de actividade económica do Banco de Portugal apresentou em Janeiro uma nova recuperação, ao fixar-se em 0,2%, face à variação nula registada em Dezembro e de -0,1% no conjunto do quarto trimestre de 2005. **O indicador aponta, desta forma, para uma evolução favorável da actividade económica nacional no início do corrente ano.**

O indicador de clima económico do INE – indicador que sintetiza a informação qualitativa referente aos principais ramos de actividade – **apresentou em Fevereiro uma subida significativa, aproximando-se assim dos níveis registados há um ano atrás.**

A referida melhoria reflectiu o andamento favorável de todos os indicadores sectoriais, embora mereça destaque a quinta subida consecutiva do indicador de confiança do comércio, impulsionado tanto pela componente retalhista como grossista. Este indicador foi acompanhado, em Fevereiro, pelos indicadores de confiança da indústria transformadora, da construção e obras públicas e dos serviços. Todavia, é ainda cedo para saber se trata de uma inversão de tendência, nos primeiros dois casos dada a trajectória de clara descida dos meses anteriores e, no último, dado o quadro de evolução mensal irregular.

Em virtude do andamento em cadeia favorável, os indicadores para o comércio e para os serviços passaram a apresentar uma variação positiva em termos homólogos em Fevereiro, juntando-se assim à indústria transformadora.

3.2. Procura Interna

Os dados disponíveis para os principais indicadores de conjuntura sugerem uma melhoria do andamento da procura interna no início do primeiro trimestre de 2006, especialmente devido ao dinamismo da despesa das famílias tanto em bens de consumo corrente não alimentar como em serviços e em bens duradouros domésticos.

3.2.1. Consumo

	Fonte	04: IV	05: I	05: II	05: III	05: IV	Out 05	Nov 05	Dez 05	Jan 06
Indic. Confiança dos Consumidores ⁽¹⁾	INE	-36	-34	-33	-42	-41	-41	-41	-41	-41
Venda de automóveis não comerciais	DGEP	5,1	5,7	11,6	-4,3	-2,8	-3,3	-8,3	3,1	-5,4
Importações de bens de consumo ⁽²⁾	INE	8,4	-1,2	-1,4	0,2	-	0,7	1,0	-	-
Procura interna de bens de consumo ⁽¹⁾	INE	-34	-37	-40	-38	-31	-36	-31	-31	-30
Volume de negócios do comércio retalho ⁽³⁾	INE	3,3	3,5	3,8	0,9	0,9	-0,3	1,1	2,0	3,8
Crédito ao consumo ⁽⁴⁾	BP	1,0	0,3	0,9	1,3	2,0	2,4	1,8	1,9	-

Taxas de variação percentual face ao período homólogo do ano anterior, em percentagem (salvo indicação em contrário);

(1) Inquéritos de Conjuntura aos Consumidores e à Indústria Transformadora; saldo de respostas extremas (média móvel de 3 meses);

(2) Taxa de variação acumulada no ano face ao período homólogo do ano anterior; exclui automóveis e combustíveis.

(3) Taxa de variação homóloga em termos reais; índices corrigidos dos dias úteis;

(4) Valores corrigidos de reclassificações e de operações de titularização de crédito.

De acordo com os indicadores mais recentes respeitantes ao consumo privado, este agregado de procura interna terá interrompido, no início do primeiro trimestre de 2006, a trajectória de abrandamento que o caracterizou na segunda metade do ano passado. Contudo, os sinais de maior dinamismo não abrangeram todas as sub-rubricas.

Começando pelo consumo duradouro, a despesa real das famílias em bens domésticos prolongou, em Janeiro, o movimento de recuperação iniciada no trimestre anterior, de acordo com os dados do volume de negócios do comércio a retalho, mas a componente de automóveis acentuou o seu ritmo de contracção em termos homólogos, por comparação com a variação média do quarto trimestre de 2005 (o indicador de vendas de automóveis apresentou uma tvph de, respectivamente, -5,4% e -2,8%). No que toca o consumo corrente, a despesa das famílias evidenciou uma aceleração em Janeiro, como reflexo da forte recuperação da componente não alimentar (com destaque para o vestuário e calçado, beneficiando das quebras de preços), face a um abrandamento apenas ligeiro na componente alimentar. Finalmente, a despesa em serviços correntes manteve o significativo ritmo de crescimento (nominal) do trimestre precedente.

Quanto a indicadores prospectivos de consumo privado, o indicador de confiança dos consumidores aumentou ligeiramente em Fevereiro, depois de quatro meses de estabilidade. **Merece destaque a significativa melhoria das perspectivas das famílias quanto à evolução da sua situação financeira e da situação económica geral**, que se fixaram nos níveis mais elevados desde Maio de 2005 (isto é, ainda antes do anúncio de medidas orçamentais restritivas por parte do Governo, então recém-eleito). Também as perspectivas de evolução do desemprego registaram uma melhoria em Fevereiro, embora apenas ligeira. Já a predisposição para a aquisição de bens duradouros manteve o movimento de deterioração.

3.2.2. Investimento

	<i>Fonte</i>	04: IV	05: I	05: II	05: III	05: IV	Out 05	Nov 05	Dez 05	Jan 06
Indicador de FBCF ⁽¹⁾	<i>INE</i>	0,2	-1,1	-4,0	-3,3	-2,7	-2,9	-2,6	-2,7	-2,8
Vendas de veículos comerciais	<i>DGEP</i>	-0,4	-0,4	0,2	-5,5	-5,2	-8,8	-3,8	-3,1	-3,7
Importações bens de investimento ⁽²⁾	<i>INE</i>	8,7	9,6	8,2	5,2	-	3,9	3,7	-	-
Índice produção bens de investimento	<i>INE</i>	-6,1	-5,1	-2,6	-0,4	-1,8	-0,8	-4,8	0,3	-1,8
Vendas de cimento	<i>DGEP</i>	-4,1	-4,4	-0,8	-5,3	-1,7	3,8	-4,5	-4,3	1,8
Crédito para compra de habitação ⁽³⁾	<i>BP</i>	10,9	10,6	10,9	10,9	11,2	11,2	11,3	11,1	-
Crédito às sociedades não financeiras ⁽³⁾	<i>BP</i>	3,6	2,9	3,1	4,9	5,5	5,6	5,5	5,3	-
Valor de obras públicas adjudicadas ⁽⁴⁾	<i>DGEP</i>	39,9	44,0	1,6	-5,5	-11,1	-6,6	-7,6	-11,1	-63,4

Taxas de variação percentual face ao período homólogo do ano anterior, em percentagem (salvo indicação em contrário);

(1) Variável estimada pelo INE através da agregação de séries referentes ao investimento em construção, em máquinas e equipamentos e em material de transporte (valor em média móvel de três meses).

(2) Sem material de transporte; taxa de variação acumulada no ano face ao período homólogo do ano anterior.

(3) Valores corrigidos de reclassificações e de operações de titularização de crédito;

(4) Taxa de variação acumulada no ano face ao período homólogo do ano anterior.

A informação mais recente relativa à formação bruta de capital fixo (FBCF) sugere uma virtual estabilização desta rubrica de despesa agregada no início do primeiro trimestre deste ano, por comparação com o período anterior. O indicador sintético de FBCF do INE estabeleceu-se em -2,8 pontos na média dos três meses até Janeiro, face a -2,7 pontos em Dezembro.

Os indicadores respeitantes à componente de construção e obras públicas apresentam indicações contraditórias: os indicadores qualitativos apontam para uma nova perda de dinamismo da produção na construção no cômputo de Janeiro e Fevereiro, ainda que sobretudo na sub-rubrica de obras públicas; o índice de produção na construção e obras públicas (medida pelas horas de trabalho empregadas), pelo contrário, evidenciou uma atenuação do ritmo de contracção homóloga em Janeiro, especialmente nas obras públicas.

No que se refere ao investimento exclusivamente empresarial, a componente de material de transporte apresentou, em Janeiro, uma atenuação do ritmo de contracção em termos homólogos, face à média do último trimestre de 2005 (as vendas de veículos comerciais registaram uma tvph de -3,7% e de -5,2%, respectivamente). Em contraste, o investimento em máquinas e equipamentos terá sofrido alguma deterioração, embora sobretudo à custa da componente importada, dada a estabilidade evidenciada pela procura dirigida à produção nacional.

De acordo com os resultados do último inquérito do Banco de Portugal aos bancos comerciais, os critérios de concessão de empréstimos ao segmento de empresas permaneceram praticamente inalterados durante o quarto trimestre de 2005, com o aumento da pressão concorrencial entre bancos a ser contrabalançado pela percepção de riscos de crédito acrescidos naquele período. Contudo, **as perspectivas para o primeiro trimestre de 2006 são de algum aperto dos critérios de concessão de empréstimos a empresas**, embora mais significativo no segmento de PME e nos empréstimos de maior maturidade.

3.3. Emprego

INQUÉRITO TRIMESTRAL AO EMPREGO

	2004		2005				tvph	tvpa
	Média anual	4º T	1º T	2º T	3º T	4ºT		
População Total	10.508,5	10.536,2	10.544,2	10.553,8	10.569,0	10.585,4	0,5	0,2
População Activa	5.487,8	5.523,6	5.507,0	5.531,3	5.559,9	5.581,1	1,0	0,4
Taxa de Actividade	52,2%	52,4%	52,2%	52,4%	52,6%	52,7%	0,3	0,1
População Empregada	5.122,8	5.133,9	5.094,4	5.132,0	5.130,0	5.133,8	0,0	0,1
- Sector Primário	618,1	614,9	602,4	604,6	613,8	604,1	-1,8	-1,6
- Sector Secundário	1.596,0	1.594,6	1.565,1	1.565,9	1.570,6	1.564,7	-1,9	-0,4
- Sector Terciário	2.908,7	2.924,4	2.926,9	2.961,5	2.945,6	2.965,0	1,4	0,7
População Desempregada	365,0	389,7	412,6	399,3	429,9	447,3	14,8	4,0
- à procura do 1º emprego	49,2	53,8	55,1	47,8	66,9	65,1	21,0	-2,7
- à procura de novo emprego	315,9	336,0	357,5	351,5	363,0	382,2	13,8	5,3
Taxa de Desemprego	6,7%	7,1%	7,5%	7,2%	7,7%	8,0%	0,9	0,3

Fonte: INE

Valores em milhares de unidades, excepto taxas de actividade e de desemprego;

tvph (taxa de variação face ao período homólogo do ano anterior) e tvpa (taxa de variação face ao período anterior) expressas em percentagem, excepto no caso das taxas de actividade e de desemprego, cujas variações estão expressas em pontos percentuais.

De acordo com o inquérito do INE referente ao quarto trimestre de 2005, a população empregada registou uma variação em cadeia de 0,1%, após uma estagnação no período anterior. Contudo, em comparação com o período homólogo do ano

anterior, a população empregada apresentou uma variação nula, depois de dois trimestres de variações ligeiramente positivas (de 0,1%).

Mais uma vez, o sector dos Serviços foi o único a registar uma expansão do emprego em termos homólogos, acelerando um pouco face ao trimestre precedente (tvph de 1,4% contra 1,1% no terceiro trimestre). Em contraponto, os sectores da Agricultura, Silvicultura e Pesca e da Indústria, Construção e Energia mantiveram a contracção do emprego, embora evidenciando uma atenuação do ritmo de quebra.

Em paralelo, verificou-se uma subida de 4,0% do número de desempregados durante o quarto trimestre para 447,3 mil. Este dinamismo traduziu-se, em comparação homóloga, numa taxa de variação de 14,8% (mais 0,4 p.p. que no terceiro trimestre). Esta aceleração ficou a dever-se tanto ao número de pessoas à procura de novo emprego como à procura de primeiro emprego.

A subida em cadeia da população desempregada, bastante mais forte que da população activa, **resultou num aumento da taxa de desemprego de 0,3 p.p. em termos trimestrais para 8,0%**. Tratou-se de um novo valor máximo da actual série do INE (iniciada em 1998). Em termos homólogos, o incremento da taxa de desemprego estabeleceu-se em 0,9 p.p., idêntico ao verificado nos segundo e terceiro trimestres.

Em termos médios anuais, a população activa aumentou 1,0% em 2005 (o ritmo de crescimento mais forte desde 2002), para o máximo histórico de 5544,8 mil pessoas, enquanto que a taxa de actividade ascendeu a 52,5%, mais 0,3 p.p. que no ano precedente. **No entanto, o emprego registou uma variação nula** (face a 0,1% no ano anterior), com o crescimento nos Serviços a compensar a contracção nos restantes sectores, numa repetição do observado em 2004. **Já a população desempregada cresceu 15,7% para um valor médio de 423,2 mil pessoas**, contra uma subida de 26,5% no ano anterior. Note-se que, em termos absolutos, o número de desempregados aumentou em 57,3 mil, sensivelmente o mesmo que a população activa, o que significa que o fluxo líquido de entrada na população activa em 2005 se traduziu integralmente num fluxo líquido de desempregados. Neste quadro, **a taxa de desemprego subiu em 0,9 p.p. para 7,6%, o nível mais elevado em dezanove anos.**

3.4. Comércio Internacional

Resultados Globais

	Jan-Dez 04	Jan-Dez 05	Δ 05/04
Total			
Saída (Fob)	29.870,0	30.652,5	2,6%
Entrada (Cif)	46.597,9	49.145,9	5,5%
Saldo	-16.727,9	-18.493,4	10,6%
Taxa de Cobertura	64,1%	62,4%	-
União Europeia a 25			
Expedição	24.083,5	24.451,3	1,5%
Chegada	36.440,2	37.574,3	3,1%
Saldo	-12.356,7	-13.123,0	6,2%
Taxa de Cobertura	66,1%	65,1%	-
Países Terceiros			
Exportação	5.786,6	6.201,2	7,2%
Importação	10.157,8	11.571,6	13,9%
Saldo	-4371,2	-5370,4	22,9%
Taxa de Cobertura	57,0%	53,6%	-

Valores em milhões de euros (referentes ao apuramento dos primeiros resultados para os meses de Janeiro a Dezembro de 2004 e de Janeiro a Dezembro de 2005)

Fonte: INE

Os primeiros dados do comércio internacional português para o conjunto de 2005 mostraram um saldo deficitário de 18493,4 milhões de euros (m.e.), que representa um crescimento de 10,6% face ao ano precedente. Em percentagem do PIB, o défice comercial situou-se no nível mais elevado desde 2001 (12,6%, mais 0,9 pontos que em 2004). A deterioração do saldo comercial em 2005 resultou de uma subida de 5,5% no valor das entradas de mercadorias, apenas parcialmente compensada pelo acréscimo de 2,6% nas saídas. Este comportamento conduziu a uma redução da taxa de cobertura das importações de 64,1% para 62,4%.

O crescimento das trocas nacionais revelou-se mais intenso nos mercados extra-comunitários, tanto nas entradas como nas saídas de mercadorias (variações anuais nominais de 13,9% e 7,2%, respectivamente, face a 3,1% e 1,5% nas transacções com a UE 25), o que reforçou o seu peso no total do comércio internacional português (para 23,5% das entradas e 20,2% das saídas).

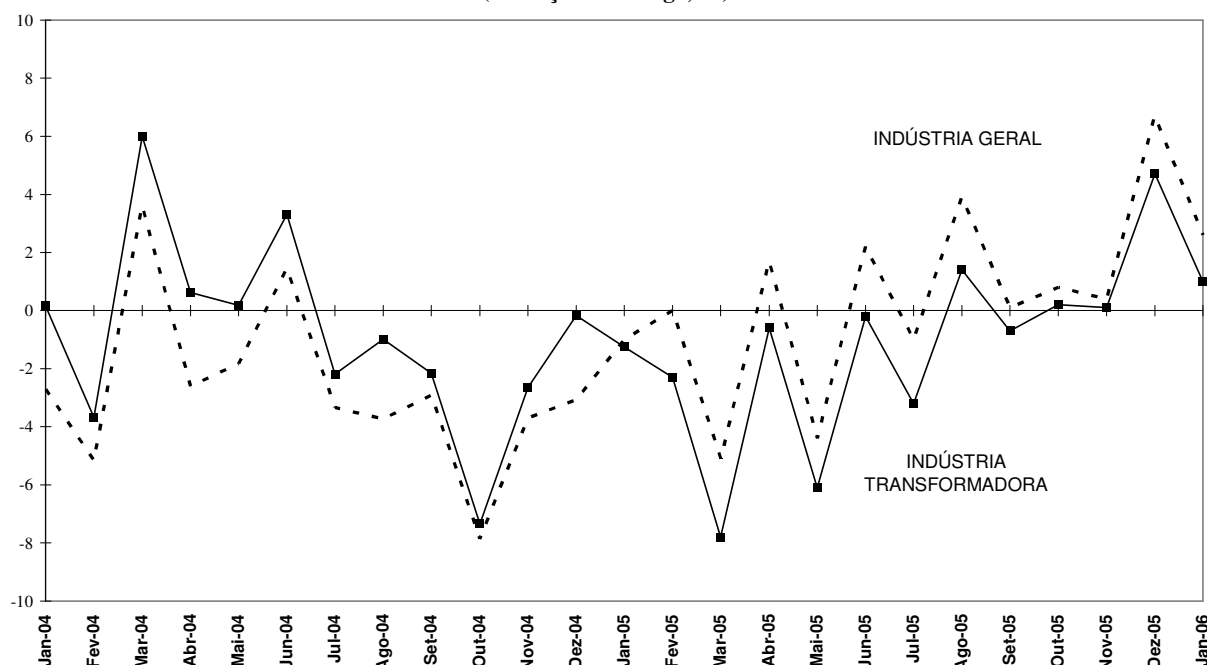
A desagregação dos dados por grandes categorias económicas revelou uma forte preponderância da rubrica de combustíveis no aumento das entradas (subida anual nominal de 40,8%, representando 2025 dos 2548 m.e. de acréscimo das entradas em 2005). **No caso das saídas, mereceram particular destaque as subidas de 434 m.e. na rubrica de combustíveis (58,1% em variação relativa) e de 375 m.e. em "outros**

fornecimentos industriais” (mais 4%), contrariando as quebras nas componentes de material de transporte e de bens de consumo não alimentares (5,3% e 4%, respectivamente).

3.5. Conjuntura na Indústria

O índice de produção industrial do INE registou o sexto mês consecutivo de crescimento homólogo em Janeiro, embora revelando alguma perda de dinamismo depois da subida mais elevada em quase cinco anos no mês precedente (taxas de variação homóloga - tvh - de 2,6% e 6,7%, respectivamente). Em media anual, apenas se verificou o segundo mês seguido de crescimento ligeiro do índice de produção (0,5%, mais 0,3 pontos que em Dezembro), reflectindo a evolução ainda negativa no ramo da indústria transformadora, não obstante a recuperação em termos homólogos, com subidas já apreciáveis nos dois últimos meses (tvh de 4,7% em Dezembro e 1% em Janeiro). O ramo de electricidade, gás e água continuou a registar uma subida homóloga bastante pronunciada, apesar da desaceleração face a Dezembro (7,8 pontos, para 13,2%).

ÍNDICES DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL
(Variação homóloga, %)



A desagregação dos dados por grandes agrupamentos evidenciou uma deterioração generalizada do comportamento homólogo da produção em Janeiro. As indústrias de

bens de consumo e de bens de investimento retomaram uma evolução homóloga negativa (tvh de -2,4% e -1,8%, respectivamente), após uma breve recuperação em Dezembro, enquanto os agrupamentos de bens intermédios e da energia verificaram um abrandamento da produção (3,6 e 5,1 pontos, respectivamente, para tvh de 4,2% e 11,6%), o que não impediu o reforço do crescimento em média anual. Nas indústrias de bens de consumo e de bens de investimento, as quebras em média de doze meses mantiveram-se em 4% e 3,2%, respectivamente.

ÍNDICE DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL

	04: IV	05: I	05: II	05: III	05: IV	Nov-05	Dez-05	Jan-06	
								TVH	TVM 12m
Índice Geral	-4,9	-2,0	-0,2	1,0	2,6	0,4	6,7	2,6	0,5
Industria Extractiva	2,4	-4,3	-2,1	2,1	-3,9	-8,1	1,1	0,2	-2,3
Ind. Transformadora	-3,4	-3,8	-2,3	-0,8	1,7	0,1	4,7	1,0	-1,3
Electric., Gás, Água	-14,9	11,9	19,4	16,1	11,1	4,7	21,0	13,2	15,5
<i>Por grandes agrupamentos:</i>									
Bens de Consumo	-4,9	-6,1	-2,8	-4,6	-1,8	-2,0	2,6	-2,4	-4,0
Bens Intermédios	-1,8	-3,5	-1,2	2,3	5,3	2,7	7,8	4,2	1,0
Bens de Capital	-6,1	-5,1	-2,6	-0,4	-1,8	-4,8	0,3	-1,8	-3,2
Energia	-11,4	16,1	12,3	12,6	8,2	3,8	16,7	11,6	13,0

Fonte: INE ; Corrigido dos dias úteis; Base: 2000=100

Taxas de variação face ao período homólogo do ano anterior (tvh), em %, com excepção da última coluna (taxa de variação média de 12 meses - tvh 12m)

Atendendo à divisão da indústria transformadora em subsectores, os dados actuais permitem destacar, quanto a comportamentos negativos:

(i) a manutenção da contracção nas indústrias de curtimenta e calçado (tvm 12m de -11% em Janeiro), de vestuário (-8,6%), de têxteis (-9%), de material de transporte (-6,9%), de outros minerais não metálicos (-2,6%), metalúrgicas de base (-2,2%), de produtos metálicos (-2,3%), de máquinas e equipamento (-1,5%), de mobiliário (-9,9%), alimentares (-0,3%) e de produtos químicos (-0,6%);

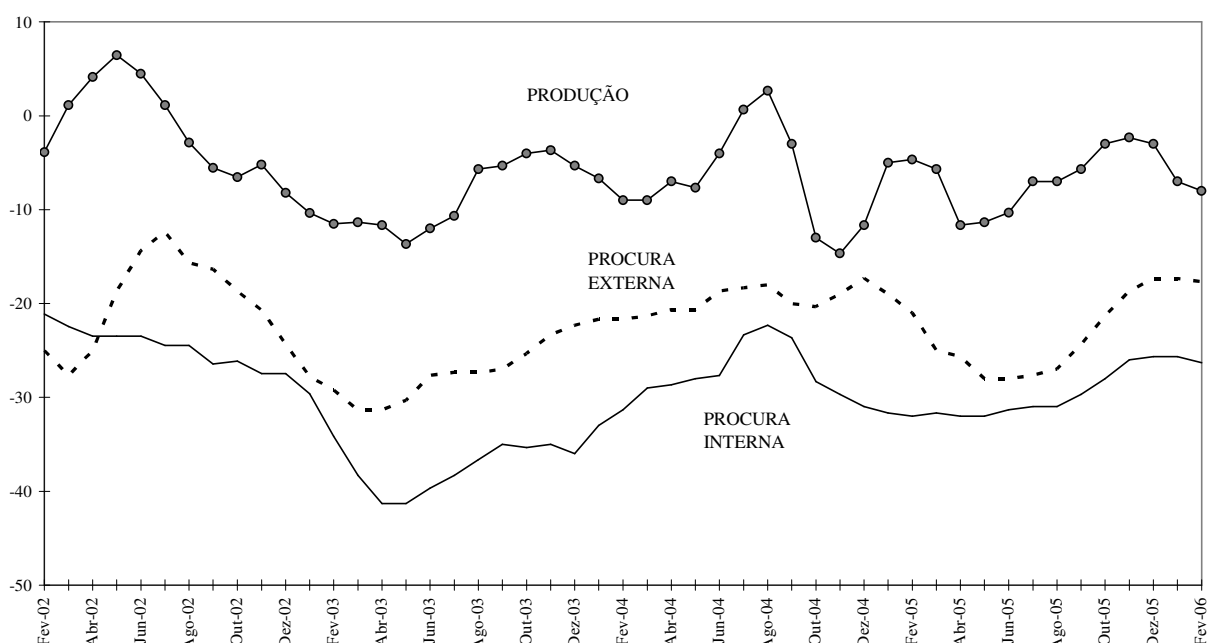
(ii) o abrandamento da produção nas indústrias de produtos petrolíferos (de uma tvh 12m de 2,9% em Dezembro para 2,8% em Janeiro), de reciclagem (de 1,3% para 1%) e do tabaco (de 5,3% para 2,3%).

Quanto a comportamentos positivos, salienta-se:

(i) a aceleração da produção nas indústrias de borracha e plásticos (de uma tvm 12m de 11,2% em Dezembro para 11,6% em Janeiro), de equipamento eléctrico e óptico (de 8,1% para 9,4%) e de madeira e cortiça (de 0,2% para 0,9%).

(ii) a manutenção de um andamento positivo nas indústrias de pasta e papel (tvm 12m de 0,4% em Janeiro).

PRODUÇÃO E PROCURA NA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA
Média Móvel de 3 meses - s.r.e.



Em Fevereiro, o inquérito mensal do INE à indústria transformadora revelou uma avaliação mais favorável da produção corrente por parte dos empresários, embora ainda se verifique uma descida em média móvel de três meses. As respostas sobre a carteira de encomendas externa deterioraram-se um pouco face ao mês precedente, mas permaneceram mais favoráveis do que as referentes à procura interna. No que se refere aos *stocks* de produtos acabados, os dados confirmaram a recente trajectória ascendente.

De acordo com a informação por tipo de bens, **a melhoria das avaliações da produção corrente em Fevereiro concentrou-se nas indústrias de bens de consumo e de equipamento automóvel, em recuperação face aos últimos meses,** observando-se uma estabilização no resto da indústria. A carteira de encomendas externa continuou a suportar o

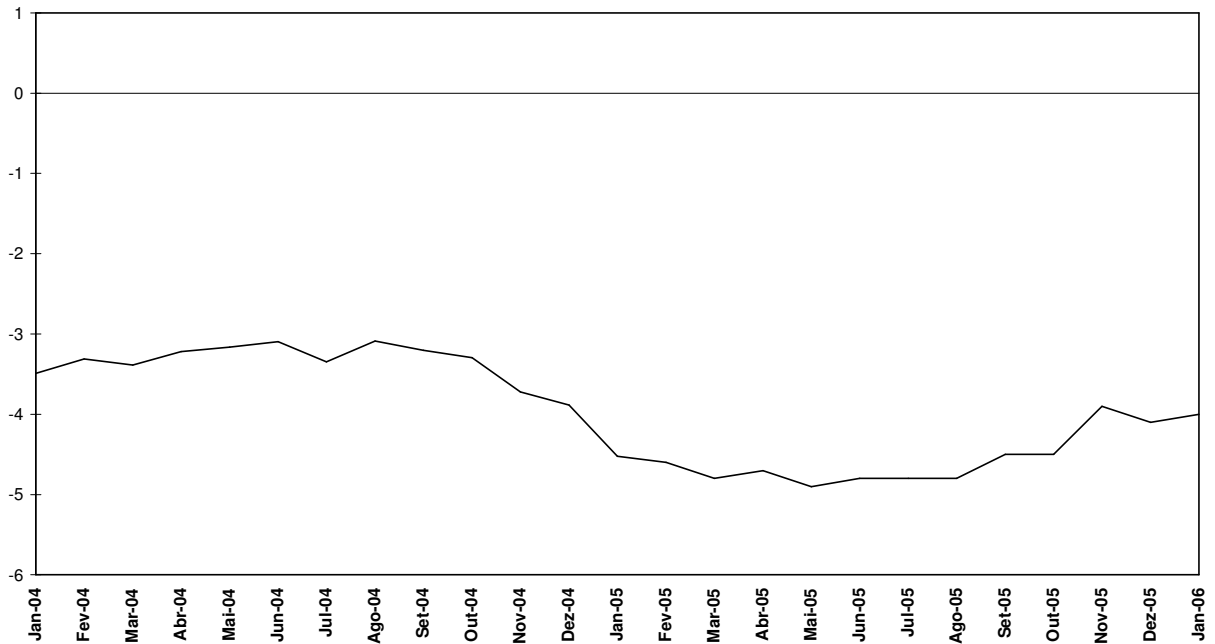
andamento da actividade nas indústrias de bens de equipamento e bens intermédios, apesar de alguma perda de dinamismo neste último caso. Nas indústrias de bens de consumo, pelo contrário, a procura interna tornou-se mais predominante, tendo em conta a descida mais forte das avaliações da carteira de encomendas externa em Fevereiro. A informação prestada sobre as existências em *stock* apontou para um movimento ascendente na generalidade das indústrias.

O crescimento homólogo das vendas na indústria voltou a acentuar-se em Janeiro (tvh de 4,3%, mais 1,1 ponto que no mês precedente), **reflectindo desta vez a aceleração no mercado doméstico** (de 2,1% para 5,3%). As vendas para o exterior aumentaram apenas 2,6% em comparação com Janeiro de 2005, depois de subidas homólogas de quase 6% em Dezembro e Novembro. De qualquer modo, **o crescimento em média anual continuou a ser bastante superior no mercado externo** (3,6%, face a 1,9% no mercado nacional, após variações de 4,2% e 1,7% em Dezembro, respectivamente). No conjunto da indústria, a variação média anual das vendas manteve-se em 2,5%, o que, em conjunto com a aceleração da produção, prolongou o movimento de desaceleração da rentabilidade unitária das vendas, que parece reflectir a acumulação de *stocks* e alguma estabilização do crescimento dos preços à saída de fábrica.

Por agrupamentos, a melhoria do comportamento homólogo das vendas foi explicada pela atenuação das quebras nas indústrias de bens de consumo e pela aceleração nas indústrias de energia (tvh de -0,9% e 27,6%, respectivamente, após -4,7% e 15,3% em Dezembro). Nos agrupamentos de bens intermédios e de bens de investimento verificou-se um abrandamento das vendas (com origem no mercado externo), passando para tvh de 4,7% e 1,1%. Em média anual, a quebra de 2,9% no agrupamento dos bens de consumo voltou a contrastar com a tendência de crescimento no resto da indústria.

A informação avançada disponível, do inquérito à indústria transformadora de Fevereiro, revelou uma melhoria acentuada das perspectivas de produção, com o saldo de respostas a situar-se no nível mais elevado desde Maio de 2005. As expectativas sobre os preços de venda revelaram uma forte correcção em baixa após um valor anormalmente elevado no mês de Janeiro. De qualquer forma, mesmo **a comparação com os meses de Novembro e Dezembro do ano passado sugere uma desaceleração dos preços de venda nos próximos meses.**

ÍNDICE DE EMPREGO INDUSTRIAL
(Variação homóloga, %)



Em Janeiro observou-se uma redução ligeira das perdas de emprego na indústria, tanto em variação homóloga (tvh de -4,1%, face a -4% no mês precedente), como em média anual (de uma tvm 12m de -4,6% para -4,5%). O número de horas trabalhadas continuou a diminuir de forma mais acentuada do que o emprego, em média de doze meses, o que traduz uma descida da ocupação laboral na indústria (tvm 12m de -0,4%, o mesmo valor que em Dezembro).

3.6. Preços

	04: IV	05: I	05: II	05: III	05: IV	Nov-05	Dez-05	Jan-06	Fev-06	tvm 12m
IPC Total	2,4	2,1	1,8	2,5	1,8	2,6	2,6	2,6	2,8	2,4
IPC Bens	1,8	1,6	1,2	2,2	0,9	2,3	2,3	2,3	-	-
IPC Serviços	3,5	3,0	3,0	3,1	3,7	3,0	3,0	3,2	-	-

Taxas de variação percentual face ao período homólogo do ano anterior (tvph), salvo outra indicação.

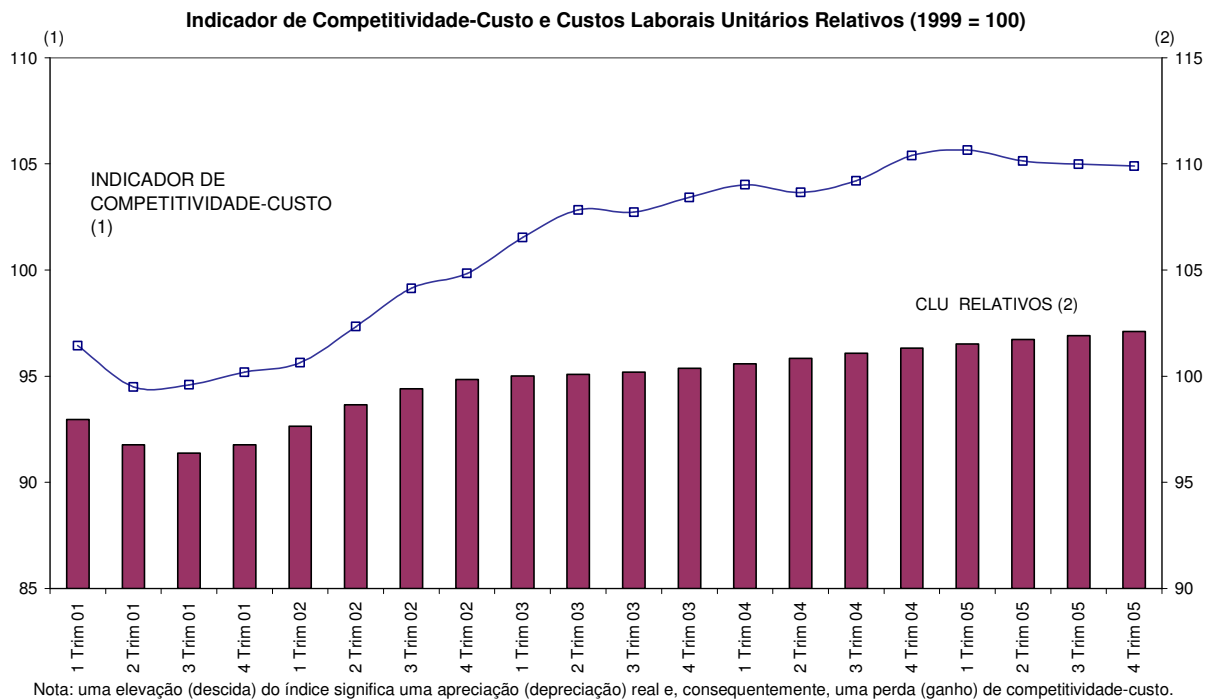
Em Fevereiro, o IPC registou uma variação em cadeia de 0,2%, face a uma variação nula no mesmo mês de 2005. Como consequência, a taxa de variação homóloga (tvph) do IPC aumentou 0,2 p.p. para 2,8%, estabelecendo, deste modo, o valor mais elevado em cinco meses. Reflectindo a subida das tvph do IPC nos últimos meses, **a taxa de variação média de doze meses aumentou em Fevereiro de 2,3% para 2,4%.**

No que diz respeito ao quadro de evolução dos preços em Janeiro, último mês com informação mais completa, a manutenção da tvph do IPC em 2,6% escondeu um andamento díspar das suas principais componentes.

O alargamento do diferencial entre a tvph do IPC e da medida de inflação subjacente para 1 p.p., um valor muito elevado, não registado desde 2001, deixa patente o importante efeito ascendente exercido pela componente mais errática do IPC sobre a sua taxa de variação. De facto, os preços dos bens energéticos viram a sua tvph aumentar 3,9 p.p. para 13,0%, como reflexo tanto do novo impulso sofrido pelos preços internacionais do petróleo em Janeiro como da subida do Imposto sobre Produtos Petrolíferos, enquanto que os preços dos bens alimentares não transformados aceleraram em 0,3 p.p. para 1,5% (representando o ritmo de crescimento mais elevado dos últimos dois anos).

No que toca as rubricas habitualmente associadas aos determinantes mais estáveis da inflação, a tvph dos preços dos serviços aumentou 0,2 p.p. para 3,2%, regressando assim às taxas de crescimento de Agosto e Setembro passados, enquanto que os preços dos bens alimentares transformados aceleraram em 2,9 p.p. para 5,4% (reflectindo, em grande parte, a subida do Imposto sobre o Tabaco). Em sentido oposto, a tvph dos preços dos bens industriais não energéticos fixou-se em -1,3% em Janeiro, contra 0,8% no mês anterior. Esta evolução deveu-se, contudo, a alterações metodológicas introduzidas pelo INE, que se traduziram na modificação da periodicidade de recolha dos preços de alguns produtos da classe Vestuário e Calçado (recolha mensal em vez do anterior método baseado numa média móvel de três meses das observações dos preços). Com estas alterações, o IPC passou a reflectir com maior precisão temporal os efeitos dos saldos e promoções e das entradas das novas colecções. Por isso, a descida acentuada da tvph daquela rubrica em Janeiro (de -1,3% para -12,6%) deverá ser revertida nos meses seguintes, com a entrada das novas colecções.

Neste quadro, a tvph da medida de inflação subjacente recuou 0,5 p.p. para 1,6% em Janeiro, com o diferencial face à média da zona do euro a fixar-se em somente 0,3 p.p. (contra 0,7 p.p. em Dezembro). Pelas razões acima expostas, aqueles valores deverão corrigir em alta nos meses seguintes.



Nota: o indicador de competitividade-custo é elaborado pela Comissão Europeia e incorpora os custos laborais unitários relativos de Portugal (total da economia) calculados face aos vinte e três principais parceiros comerciais (restantes países da UE15 mais os EUA, Canadá, Japão, Suíça, Noruega, Austrália, Nova Zelândia, México e Turquia).

O indicador de competitividade-custo recuou 0,1% durante o quarto trimestre de 2005, depois de descidas de 0,49% e 0,14% nos segundo e terceiro trimestres. O comportamento no último trimestre do ano passado foi explicado apenas pela depreciação do euro face às principais divisas, dado que os custos laborais unitários mantiveram o diferencial de crescimento face aos nossos principais parceiros comerciais (os valores para os custos laborais relativos nos três primeiros trimestres de 2005 foram revistos em alta, deixando de constar qualquer queda em cadeia).

Também em termos homólogos, a componente cambial ditou uma queda do indicador (tvph de -0,47%), a primeira desde o início de 2002 de acordo com a actual série estatística. Os custos laborais unitários relativos abrandaram apenas ligeiramente (para uma tvph de 0,78%), embora o suficiente para apresentarem o ritmo de crescimento mais baixo em seis trimestres.

A sucessiva redução das tvph ao longo do ano levou a que, **em termos médios anuais, o indicador de competitividade-custo apresentasse uma variação de apenas 0,81% em 2005, indiciando um menor ritmo de perda de competitividade-custo da**

economia nacional que o registado no conjunto de 2004 (1,65%, valor revisto em baixa).

3.7. Conjuntura de Pagamentos com o Exterior

	2002	2003	Jan-Dez 04	Jan-Dez 05	Δ
Balança Corrente	-10.497	-8.115	-10.454	-13.510	29,2%
Mercadorias	-13.965	-12.507	-15.042	-16.637	10,6%
Serviços	3.340	3.578	4.172	4.091	-1,9%
Rendimentos	-2.820	-2.059	-2.375	-3.160	33,1%
Transferências Correntes	2.949	2.873	2.790	2.196	-21,3%
Balança de Capital	1.996	2.652	2.231	1.740	-22,0%
Balança Financeira	7.749	6.165	9.163	12.606	37,6%
Investimento Directo	2.070	501	-4.503	1.582	s.s.
De Portugal no exterior	158	-7.113	-6.409	-922	-85,6%
Do exterior em Portugal	1.912	7.614	1.906	2.504	31,4%
Investimento de Carteira	3.121	-5.151	487	-1.734	s.s.
Activos	-7.545	-18.985	-11.154	-15.690	40,7%
Passivos	10.666	13.834	11.641	13.956	19,9%
Outro Investimento	3.683	4.955	11.718	11.500	-1,9%
Activos	-7.549	-8.079	264	43	-83,7%
Passivos	11.231	13.034	11.454	11.457	0,0%
Derivados Financeiros	-10	62	-72	-172	138,9%
Activos de Reserva	-1.115	5.798	1.533	1.431	-6,7%
Erros e Omissões	752	-702	-940	-835	-11,2%

dados provisórios expressos em milhões de euros
Fonte: Banco de Portugal

Notas prévias: a análise evolutiva das várias rubricas da Balança de Pagamentos deve ser feita com especial cautela, atendendo ao carácter provisório dos dados; os valores de 2002 a 2004 foram alvo de revisões.

De acordo com informação provisória do Banco de Portugal, **em 2005 verificou-se um aumento de 29,2% no défice da Balança Corrente, que se situou em 13510 milhões de euros (m.e.)**, valor correspondente a **9,2% do PIB** (mais 1,9 pontos que em 2004, com o PIB na base 2000). **Este foi o segundo ano consecutivo de agravamento do défice corrente, que se situou no nível mais elevado dos últimos anos.** As balanças de mercadorias e rendimentos voltaram a dar o principal contributo para a deterioração da Balança Corrente em 2005, acentuando os respectivos saldos deficitários em 1595 e 785 m.e.. Nas rubricas de transferências correntes e de serviços observou-se uma redução dos excedentes face a 2004 (menos 594 e 81 m.e., respectivamente).

Também pelo segundo ano consecutivo se registou uma diminuição do saldo positivo da Balança de Capital (1740 m.e., menos 491 m.e. que em 2004), constituída na sua maioria por fundos comunitários.

Em conjunto, **as balanças corrente e de capital acumularam um défice de 11770 m.e., valor que equivale aproximadamente a 8% do PIB** (mais 2,2 pontos que em 2004).

Este aumento das necessidades de financiamento da economia ficou patente na subida do saldo excedentário da Balança financeira, que se cifrou em 12606 m.e. (mais 3443 m.e. que em 2004). Chama-se a atenção para o carácter provisório dos dados e para a acentuada revisão de algumas componentes da Balança Financeira por comparação com a divulgação dos dados acumulados até Novembro, alterando o seu perfil evolutivo. **Os presentes dados evidenciam uma forte recuperação do saldo de investimento directo líquido em 2005** (1582 m.e., após -4503 m.e. em 2004, reflectindo menores fluxos de saída e um acréscimo das entradas de capitais), **que contrariou a quebra observada no investimento de carteira** (cerca de 2200 m.e.), observando-se variações pouco significativas nas restantes rubricas. Recorde-se que na divulgação dos dados acumulados até Novembro o aumento do excedente da balança financeira recaía inteiramente na componente de "outro investimento".

Principais sítios da Internet consultados na elaboração do Relatório Mensal de Economia:

Economia Internacional:

www.boj.or.jp/en (Banco do Japão)
www.ecb.int (Banco Central Europeu)
www.bloomberg.com (agência noticiosa Bloomberg)
www.bea.doc.gov (*Bureau of Economic Analysis* - EUA)
www.bls.gov (*Bureau of Labor Statistics* - EUA)
www.census.gov (*Census Bureau* - EUA)
http://europa.eu.int/comm/index_en.htm (Comissão Europeia)
www.conference-board.org (Instituto *Conference Board* - EUA)
www.cbo.gov (*Congress Budget Office* - EUA)
www.esri.cao.go.jp/en (*Economic and Social Research Institute* - Japão)
<http://epp.eurostat.cec.eu.int/portal/> (Eurostat)
www.federalreserve.gov (*Federal Reserve* - EUA)
www.imf.org (Fundo Monetário Internacional)
www.stat.go.jp/english (Gabinete de Estatística japonês)
www.mof.go.jp (Ministério das Finanças japonês)
www.oecd.org (Organização para o Crescimento e Desenvolvimento Económico)
http://europa.eu.int/index_pt.htm (Portal da União Europeia)
<http://finance.yahoo.com> (Secção Financeira do Yahoo)

Economia Nacional:

www.bportugal.pt (Banco de Portugal)
http://europa.eu.int/comm/index_en.htm (Comissão Europeia)
<http://web3.cmvm.pt> (Comissão de Mercados de Valores Mobiliários)
www.dgep.pt (Direcção-Geral de Estudos e Previsão – Ministério das Finanças)
www.dgo.pt (Direcção-Geral do Orçamento – Ministério das Finanças)
www.imf.org (Fundo Monetário Internacional)
www.ine.pt (Instituto Nacional de Estatística)
www.min-economia.pt (Ministério da Economia e da Inovação)
www.oecd.org (Organização para o Crescimento e Desenvolvimento Económico)
www.portugal.gov.pt (Portal do Governo)
www.prime.min-economia.pt (PRIME)